

11 SET 2012

GAZETA DO POVO

TJ acaba com o gabinete de deputado- secretário

Justiça considera inconstitucional a lei que permite que parlamentar licenciado mantenha estrutura na Assembleia mesmo após assumir cargo no governo

Karlos Kohlbach

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) considerou inconstitucional o trecho da lei paranaense que permite que um deputado estadual mantenha a estrutura de gabinete na Assembleia Legislativa mesmo após assumir uma secretaria de estado. O efeito imediato da decisão é que o deputado licenciado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), que ocupa a Secretaria Estadual do Trabalho, terá de voltar à Assembleia ou desistir de manter a estrutura do Legislativo — com direito a uma verba mensal de R\$ 31,5 mil.

Por unanimidade, os desembargadores do Órgão Especial do tribunal entenderam que o artigo 2-A da Lei

Estadual n.º 15.433 de 2007 (veja quadro nesta página) fere os princípios da eficiência e economicidade previstos na Constituição Federal. A ação de inconstitucionalidade foi proposta em abril deste ano pela Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná, órgão máximo do Ministério Público Estadual (MP).

O artigo, agora excluído por determinação judicial, previa que ao assumir o cargo no Executivo, o parlamentar podia escolher pela remuneração da secretaria ou do Legislativo. Caso o vencimento como deputado fosse escolhido, diz a lei, o parlamentar terá asseguradas “todas as prerrogativas decorrentes” do mandato eletivo — incluindo a manutenção do gabinete na Assembleia. Caso a escolha seja pelos vencimentos de secretário, o deputado perde todos os direitos do mandato parlamentar.

Atualmente, somente Romanelli se enquadra nessa situação. Ele acumula desde janeiro de 2011 o mandato com o cargo no governo Beto Richa (PSDB). Ele terá de exonerar os 12 servidores comissionados lotados no seu gabinete caso se mantenha na pasta do Trabalho.

Até maio deste ano, a Assembleia mantinha também o gabinete do ex-deputado Durval Amaral (DEM),

que em janeiro de 2011 assumiu a Casa Civil do governo Richa. Mas em 8 de maio, Durval foi eleito conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC) — o que acabou por extinguir o vínculo dele com o Legislativo e, conseqüentemente, representou a perda da estrutura do gabinete parlamentar.

Ao todo, o gabinete de Durval e Romanelli custaram R\$ 160 mil para a Assembleia só com restituição da verba de representação em 2012 — sem contar salários de servidores. Foram R\$ 110 mil de restituição para o peemedebista, no período de janeiro a julho deste ano, e o restante para Durval (de janeiro a maio).

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Economia

Com a decisão do TJ, a Assembleia não terá mais gabinetes que o número de parlamentares (54). Com isso, poderá economizar. Se levar em conta o pleno funcionamento, utilizando de todos os cargos possíveis e a valor máximo da verba de restituição, cada gabinete custa para o Legislativo R\$ 110 mil por mês. Se multiplicado pelo número de deputados, a despesa mensal soma quase R\$ 6 milhões — ou R\$ 71,2 milhões anuais.

No despacho, o ministro relator, desembargador Lídio José Rotoli de Macedo, destaca a economia para os cofres públicos. “A sociedade não pode ser penalizada com a geração de encargos totalmente despiciendos, uma vez que legalmente já se estará ofertando estrutura física e de pessoal ao deputado, no Executivo, e a seu suplente”. Os efeitos desta decisão, cita o magistrado, valem a partir da publicação — a sentença, portanto, não exige a possível devolução dos recursos utilizados pelos deputados que se licenciaram da Assembleia para assumir cargo no Executivo.

Apesar desse entendimento, Romanelli teria conversado com o deputado Elton Welter (PT), que como suplente assumiu a cadeira do peemedebista, sobre a questão. Fontes contam que Romanelli teria dito ao petista que, caso a Justiça determinasse a devolução de recursos, ele [Welter] teria de pagar. Caso contrário, reassumiria o mandato. Welter chegou a se reunir com a bancada do PT na Assembleia para pedir ajuda financeira, caso tivesse que arcar com os gastos do gabinete de Romanelli.

1 1 SET 2012

FIM DO GABINETE

Servidores de Romanelli devem ser exonerados nesta semana

Os 12 funcionários comissionados que hoje estão lotados no gabinete do deputado licenciado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) devem ser exonerados nesta semana da Assembleia Legislativa, conforme determinou o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). A assessoria do presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), informou que a Assembleia já foi notificada da decisão do TJ e que o caso está no departamento de pessoal. O ato de exoneração deve ser assinado nos próximos dias.

Procurado pela reportagem, Romanelli, que hoje é secretário estadual do Trabalho, afirmou que soube da decisão pelo presidente da Assembleia e que vai cumprir o que foi determinado.

12

comissionados estão lotados no gabinete do deputado licenciado Luiz Cláudio Romanelli.

CONTINUA

11 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Art. 2-A. A remuneração mensal dos Secretários de Estado, a partir de 1.º de janeiro de 2011, fica fixada em 70% (setenta por cento) da remuneração do Governador do Estado.

Parágrafo único. O Deputado Estadual investido no cargo de Secretário de Estado que optar pela remuneração da pasta executiva perderá, durante o exercício do encargo do secretariado, a remuneração, bem como as demais prerrogativas pecuniárias, físico/estruturais e de pessoal, previstos em regramento específico, destinadas ao desempenho do mandato, decorrentes da cadeira parlamentar. (incluído pela Lei 16.750 de 29/12/2010).

I - No caso de opção pela remuneração parlamentar, todas as prerrogativas decorrentes da cadeira parlamentar, mencionadas no parágrafo único, ainda que ocupada pelo suplente, serão mantidas em favor do Deputado Estadual que assumir as funções de Secretário de Estado. (Incluído pela Lei 16.750 de 29/12/2010).”

Artigo da Lei Estadual nº 15.433/2007 considerado inconstitucional pelos desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

72 reintegrações de posse expedidas pela Justiça estão “engavetadas” no PR

Governo do estado faz opção por negociação, mas pode ser penalizado com indenizações a fazendeiros que, em alguns casos, têm suas propriedades ocupadas há anos

CAMPOMOURÃO

Carlos Ohara, correspondente

O governo do estado adotou a política de resolver todos os conflitos agrários do Paraná pelo caminho da negociação. O principal objetivo é conseguir que as áreas ocupadas por trabalhadores rurais sem-terra sejam compradas por eles. Como consequência, 72 reintegrações de posse determinadas pela Justiça estão paradas. O assessor de Assuntos Fundiários do Paraná Hamilton Serighelli alega falta de estrutura para cumprir as determinações judiciais e informa que a Procuradoria-Geral do Estado está buscando reverter as decisões do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

A escolha pelo caminho do acordo tem um preço e pode pesar no bolso do governador Beto Richa. Em dez ações

que estão tramitando no TJ há pedidos de indenização pela omissão do estado na designação de força policial para cumprimento de ordens judiciais de reintegração de posse. A família Gomes, proprietária de quatro áreas ocupadas no Noroeste do estado, pede ainda que a Justiça determine multa diária pelo descumprimento da medida judicial, a ser paga pelo governador, pelo secretário de Segurança e pelo comandante da Polícia Militar.

A estratégia já foi adotada no governo anterior e surtiu efeito: em 2008, o ex-governador Roberto Requião determinou a desocupação da área, após determinação de multa diária a ser paga por ele, pelo secretário de Segurança e pelo comandante da PM. A multa foi aplicada na pessoa física das autoridades. Mas o local foi invadido novamente menos de duas semanas após a reintegração.

Além disso, o estado é alvo de pedidos de intervenção federal. O coordenador da Comissão Técnica de Política Fundiária da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Tarcisio Barbosa, defende a medida e diz que essa é a orientação do órgão aos fazendeiros em caso de descumprimento das reintegrações. “A lei foi feita para ser cumprida. O Estado não pode alegar que não tem estrutura para cumprir a lei. É lamentável a desculpa apresentada pelo governo. Está sendo analisa-

do apenas um lado e a ordem judicial tem sido desrespeitada”, reclama.

Em andamento

Ao todo, existem 110 áreas ocupadas no Paraná (todas consideradas litígio de posse), que abrigam 6 mil famílias, segundo levantamento da assessoria de Assuntos Fundiários do governo do estado. Das 72 que já tiveram a reintegração determinada, Serighelli afirma que em 59 a negociação com os proprietários está em andamento. “Somente em 13 casos está difícil uma solução, porque os proprietários não aceitam receber Títulos da Dívida Agrária (TDAs) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)”, disse. O trabalho de negociação está sendo feito em parceria com o governo federal, na figura do Incra, que prometeu ao governo do estado adquirir dez propriedades ainda neste ano.

Barbosa disse desconhecer as negociações envolvendo o governo do estado e proprietários rurais. Ele criticou a postura do governo e do Incra. “Juntos, eles estão apenas adiando as reintegrações. O Incra atualmente está minado, atendendo apenas às orientações do MST”, afirmou. Barbosa considera também que a recusa dos proprietários em aceitar as TDAs é justa. “São títulos podres, sem garantia. Se querem as áreas, que façam propostas reais, envolvendo dinheiro”, defendeu.

11 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUA

GRITO DA TERRA

Amanhã, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná e seus sindicatos filiados, representantes da categoria trabalhadora rural, realizam o 17º Grito da Terra Paraná em Curitiba. A manifestação acontece a partir das 8h30, na Praça 29 de Março, e segue em passeata até a Praça Nossa Senhora da Salette, no Centro Cívico. O Grito acontece todos os anos, após o evento nacional, cuja 18ª edição ocorreu nos dias 29 e 30 de maio, em Brasília.

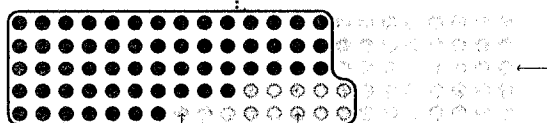
59 PROPRIEDADES

das 72 que já tiveram a reintegração determinada têm negociações com os proprietários em andamento. Em 13 casos a solução está difícil, porque os proprietários não aceitam receber Títulos da Dívida Agrária (TDAs) do Inca.

EM LITÍGIO

Existem atualmente 110 áreas de conflitos agrários no Paraná, cujas reintegrações de posse são questionadas na Justiça.

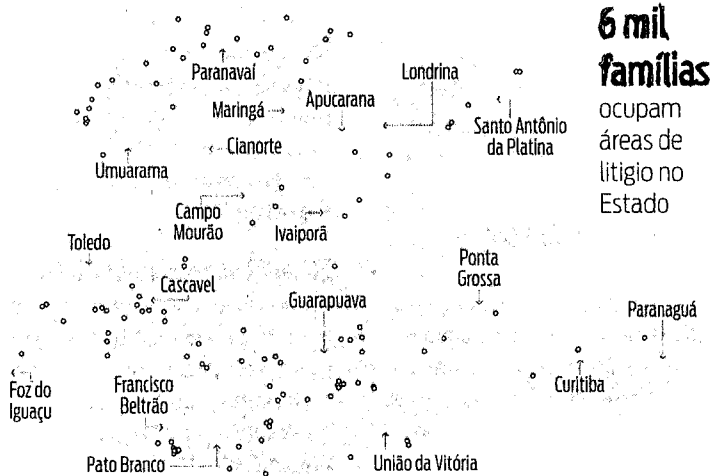
110 propriedades rurais **72** têm liminar ou sentença invadidas estão na Justiça para reintegração de posse **38** ainda não têm



3 pedidos de intervenção federal estão em análise no TJPR

10 ações pedem indenização por omissão do estado

ÁREAS INVADIDAS EM DISCUSSÃO NA JUSTIÇA



6 mil famílias ocupam áreas de litígio no Estado

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

Inconformado, engenheiro não desiste de sua fazenda

Um quadro na sala do engenheiro civil Carlos Alberto Consoni Gomes, 69 anos; mostra a vista aérea de uma propriedade rural bem cuidada com lavouras em desenvolvimento, máquinas agrícolas espalhadas pela propriedade e cabeças de gado pastando em uma área de 414,4 hectares no município de Barbosa Ferraz (no Noroeste do estado). A visão diária da fotografia da Fazenda São Paulo mexe com o engenheiro.

A imagem foi registrada dois meses antes de a fazenda ser invadida por integrantes do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 2005. A propriedade foi adquirida pelo pai de Gomes em 1950.

Gomes tinha a posse da terra, com a documentação atualizada. A área estava cultivada com lavouras de milho, soja, arroz e feijão. No pasto, criava 540 cabeças de gado. Para ele, a Fazenda São Paulo cumpria sua função social, ofertando trabalho e gerando produção. Estava distante de ser qualificada como propriedade improdutiva e de interesse social.

Três outras áreas anexas — os sítios São Vicente (158 hectares), Serrinha (118

hectares), e Garcia (48 hectares) —, uma em nome dele e duas escrituradas em nome de Carla Beatriz, sua filha, também foram ocupadas pelos invasores.

O engenheiro recorreu à Justiça, pedindo a reintegração de posse. Foi concedida liminar para reintegração, ainda no início da ação. A desocupação, no entanto, demorou dois anos e sete meses, em julho de 2008. Menos de duas semanas depois, os sem-terra voltaram a ocupar a área.

Trânsito em julgado

Quase sete anos depois, a ação de reintegração já transitou em julgado — não há mais prazo para recursos. Gomes, no entanto, continua sem a posse de sua terra e segue lutando para que o governo estadual cumpra a ordem da Justiça e devolva a principal fonte de renda da sua família.

ABANDONO

Terreno invadido há 4 anos não tem áreas de cultivo

A Fazenda São Paulo, localizada no distrito de Pocinho, a seis quilômetros de Barbosa Ferraz, agora é chamada de "Acampamento Irmã Dorothy". Na entrada da área, dois homens montam guarda em uma improvisada guarita de madeira, onde está afixada uma bandeira rasgada do MST. No interior do "acampamento" ninguém quer falar com jornalistas. A maioria dos barracos está fechada. Não se vê ninguém trabalhando na terra. Apenas alguns pés de mandioca estão plantados próximos aos barracos. A produção é de subsistência.

Na saída, o repórter tenta conseguir alguma informação com os "guardas". Um deles, que se identifica como Eline, diz que não tem estrutura para plantar. Reclama que as cestas básicas não estão sendo entregues, e que "isso é nosso direito".

Política

Apesar de conviverem com a presença do grupo há sete anos, os moradores de Barbosa Ferraz pouco conhecem da vida dos integrantes do acampamento e demonstram receio em falar sobre eles. A maioria dos entrevistados só concorda em falar sob a condição de anonimato. É o caso de um político da cidade. "O grupo hoje é alvo da disputa por votos. Muitos deles foram incentivados a transferir os títulos para a cidade".

De acordo com o assessor de Assuntos Fundiários do Paraná Hamilton Serighelli, prefeitos defendem a presença de assentamentos de sem-terra em seus municípios "porque eles impulsionam o movimento no comércio e possibilitam um aumento na cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que leva em consideração o número de habitantes." Tarcísio Barbosa, da Faep, contra-argumenta: "Eles querem mostrar um lado bom que não existe. Porque não falam sobre o inchaço da rede de saúde e o aumento de gastos de municípios sem infraestrutura para atender essas pessoas?", questiona.

11 SET 2012

GAZETA DO POVO

» GUERRAJURÍDICA

Ratinho Jr. é multado por uso de adesivos fora do padrão

Candidato terá de pagar R\$ 15 mil por descumprir liminar. Outros R\$ 150 estão sendo cobrados da coligação por adulteração de provas.

■ A juíza da 4.ª zona eleitoral de Curitiba, Adriana Ayres Ferreira, multou o candidato à prefeitura Ratinho Jr. (PSC), em R\$ 15 mil, mais R\$ 150 por má-fé. A acusação é de que a coligação formada por PSC, PR, PTdoB e PCdoB teria adulterado provas no processo eleitoral referente ao uso de adesivos maiores que quatro metros quadrados — metragem máxima permitida para esse tipo de material — nos veículos usados na campanha.

No processo, o Ministério Público Eleitoral questionou o uso de adesivos com tamanho superior ao definido pela legislação eleitoral, o que configuraria uso de “outdoors ambulantes”. O candidato já havia sido multado em R\$ 5 mil pela irregularidade. Para se defender, Ratinho Jr. apresentou dois veículos com adesivos menores que os dos demais carros, o que teria configurado a adulteração de pro-

R\$ 5
MIL

é o valor da primeira multa aplicada a Ratinho Jr. pelo uso de carros de campanha com adesivos fora do tamanho máximo permitido pela Justiça Eleitoral.

va. Segundo a averiguação do Ministério Público, o candidato manteve outros nove veículos com adesivos maiores do que o permitido.

Conforme a nova decisão, a multa de R\$ 15 mil foi aplicada pelo descumprimento da liminar anterior, pela quantidade de plotagens irregulares e pelo efeito lesivo da propaganda no processo eleitoral, já que atingiu um grande número de eleitores. O equivalente a 1% da multa foi cobrado pela juíza por entender que houve má-fé da coligação. Adriana Ayres também estabeleceu um prazo de 24 horas para a coligação adequar toda a adesivação dos veículos conforme a lei.

Defesa

Segundo a assessoria de imprensa do candidato, o departamento jurídico de campanha já recorreu da decisão e está contestando a acusação de má-fé, uma vez que “todas as kombis já teriam sido adequadas como foi determinado”. De acordo com o advogado da coligação, os veículos serão enviados para averiguação pela terceira vez.

11 SET 2012

GAZETA DO POVO

» PUNIÇÃO

Coligação de Ducci recebe multa de R\$ 10 mil

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) multou em R\$ 10 mil a coligação "Curitiba Sempre na Frente", do prefeito e candidato à reeleição Luciano Ducci (PSB). O motivo da multa foi uma representação apresentada contra a coligação "Curitiba Quer Mais", do candidato Gustavo Fruet (PDT). O grupo de Ducci alegava que o adversário teria utilizado gravações externas, montagens e recursos de computação gráfica em seu programa eleitoral. Para o TRE, no entanto, não houve infração e a coligação de Ducci usou de má-fé ao apresentar a ação.

A juíza da 3.ª Zona Eleitoral de Curitiba, Renata Estorilho Baganha, já havia julgado a representação improcedente, mas a coligação apresentou recurso junto ao TRE. Para o relator do processo, Marcos Roberto Araújo dos Santos, a ação representou um desgaste excessivo à Justiça Eleitoral, o que fez com que a Corte negasse o recurso por unanimidade e aprovasse a aplicação da multa. Procurada pela reportagem, a coligação "Curitiba Sempre na Frente" não se pronunciou sobre a decisão judicial.

CELSO NASCIMENTO

QUOTIDIANO

Jaca 1

A coligação que apoia a reeleição do prefeito Luciano Ducci parecia ter enfiado o pé na jaca ao recorrer à Justiça para proibir a presença do apresentador Ratinho (dono do SBT) nos palanques do filho, o candidato Ratinho Jr. Embora baseada na legislação que proíbe a participação de atrações artísticas nos comícios, a censura a Ratinho-pai mais se pareceu com um gesto autoritário e impopular. E por isso potencialmente benéfico para Ratinho-filho, vítima da privação da companhia do próprio pai.

Jaca 2

Entretanto, em seguida, foi a vez de Ratinho-pai enfiar o pé na jaca ao reagir de modo despropositado à proibição que lhe foi imposta. Se o filho pode ter ganho alguns pontos junto ao eleitorado do pai, por outro pode ter perdido a simpatia de setores da classe média curitibana que demonstravam vontade de votar nele. Foi o linguajar do apresentador que provocou a reação. Entre outras, ele produziu a seguinte frase: "Eu quero avisar os cuecas de seda que estão tentando me tirar do lado do meu filho, que estão mamando na teta dessa prefeitura faz anos, que vocês estão é-se cagando de medo".

GAZETA DO POVO

» CPI DA PROPINA

Juiz afasta presidente e vice da Câmara de Cascavel

11 SET 2012

O juiz Leonardo Ribas Tavares afastou ontem o presidente da Câmara de Vereadores de Cascavel (Oeste), Marcos Sotile Damasceno (PDT), e o vice-presidente, Paulo Bebber (PR). Ambos são acusados de realizarem manobras regimentais para tentar barrar a chamada CPI da Propina, criada para investigar suposto pagamento de vantagens ao prefeito Edgar Bueno (PDT) e ao secretário de Obras Públicas, Paulo Gorski.

Além de serem suspensos das funções que ocupam na Mesa Diretora da Câmara, os dois vereadores também foram afastados de seus mandatos. A Justiça determinou ainda que o segundo vice-presidente, Robertinho Magalhães (PMN), assumira o comando do Legislativo.

Em seu despacho, o juiz afirmou que os vereadores, principalmente o presidente, “fizeram de tudo e mais um pouco para evitar a instalação da CPI” e que “dão mostras de que não medirão esforços para que a comissão não chegue a lugar nenhum”. A CPI só foi efetivada após determinação da Justiça.

Damasceno não foi localizado para comentar a decisão. Já o vice-presidente, Paulo Bebber, que na semana passada disse estar mais preocupado em cuidar de sua campanha, afirmou que vai recorrer da decisão.

“[O presidente e o vice da Câmara de Cascavel] fizeram de tudo e mais um pouco para evitar a instalação da CPI.”

Leonardo Ribas Tavares, juiz que determinou o afastamento do presidente e do vice da Câmara de Cascavel.

11 SET 2012

GAZETA DO POVO

» PREVIDÊNCIA ESPECIAL

Deputados assumem que querem aposentadoria

Euclides Lucas Garcia

Os deputados estaduais assumiram ontem abertamente, pela primeira vez, que querem a implantação do plano de aposentadoria complementar dos parlamentares. A criação do fundo, que vinha sendo tratada apenas nos bastidores, foi tema de debate no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Há cerca de duas semanas circula pelo plenário um requerimento, que será entregue ao presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), por meio do qual os deputados solicitam a publicação da lei que criou o plano de previdência do Legislativo, em dezembro de 2008. A instituição do fundo depende do aval da Presidência da Assembleia para sair do papel. Ontem, Rossoni, que disse ser contra o plano, afirmou que só sabe da movimentação pelo que

tem lido na imprensa.

Da tribuna, Rasca Rodrigues (PV) defendeu o fundo ao afirmar que o Legislativo não pode ser discriminado em relação aos outros poderes, que têm o instituto da aposentadoria. Ele também disse que é preciso ter coragem para discutir abertamente o tema. “Ou então fica-se com uma posição em plenário de um jeito e, na imprensa, de outro”, afirmou. O parlamentar fez referência a um levantamento realizado pela *Gazeta do Povo* em que 19 deputados preferiram não opinar sobre o assunto — 19 se disseram favoráveis e 13 contrários.

Líder do governo, Ademar Traiano (PSDB) declarou que chegou a hora de a Casa parar com o “engodo” ao falar da criação do fundo. “Temos de nos despir dessa coisa. Muitos não têm coragem de assumir [sua posição]”, disse.

Para requerer o benefício, que hoje seria de R\$ 17 mil mensais, o parlamentar deve ter cumprido 20 anos de mandato eletivo e contribuído por, no mínimo, cinco anos com o fundo. De acordo com as estimativas, seriam necessários pelo menos R\$ 50 milhões para iniciar o sistema.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

OPINIÃO DOS PARLAMENTARES

11 SET 2012

Reportagem entrou em contato com os deputados para saber a opinião de cada um sobre a aposentadoria parlamentar.

	É contra ou a favor da aposentadoria parlamentar?	Assinou ou assinaria documento solicitando a publicação da lei?
Adelino Ribeiro (PSL)	A favor	Sim
Ademar Traiano (PSDB)	A favor	Sim
Ademir Bier (PMDB)	A favor	Sim
Alexandre Curi (PMDB)	A favor	Não
André Bueno (PDT)	Contra	Não
Anibelli Neto (PMDB)	Contra	Sim
Artagão Jr. (PMDB)	A favor	Não opinou
Augustinho Zucchi (PDT)	Não opinou	Não
Bernardo Ribas Carli (PSDB)	Não opinou	Não
Cafo Quintana (PMDB)	A favor	Sim
Cesar Silvestri Filho (PPS)	Contra	Não
Cleiton Kielse (PEN)	A favor	Sim
Douglas Fabrício (PPS)	Não opinou	Não
Dr. Batista (PMN)	Contra	Não opinou
Dulio Genari (PP)	A favor	Sim
Elio Rusch (DEM)	A favor	Sim
Elton Welter (PT)	Não opinou	Não opinou
Enio Verri (PT)	Contra	Não
Evandro Jr. (PSDB)	A favor	Sim
Fabio Camargo (PTB)	Não opinou	Não opinou
Fernando Scanavaca (PDT)	Não opinou	Sim
Francisco Bühner (PSDB)	Não opinou	Não opinou
Gilberto Ribeiro (PSB)	A favor	Sim
Gilson de Souza (PSC)	Não opinou	Não opinou
Hermas Brandão Jr. (PSB)	A favor	Sim
Jonas Guimarães (PMDB)	Não opinou	Não opinou
Leonardo Paranhos (PSC)	Não opinou	Não opinou
Luciana Rafagnin (PT)	Contra	Não
Luiz Accorsi (PSDB)	A favor	Sim
Luiz Eduardo Cheida (PMDB)	Contra	Não
Mara Lima (PSDB)	Não opinou	Não opinou
Marcelo Rangel (PPS)	Contra	Não
Marla Tureck (PSD)	Contra	Não
Mauro Moraes (PSDB)	Não opinou	Sim
Nelson Garcia (PSDB)	A favor	Sim
Nelson Justus (DEM)	Não encontrado	Não encontrado
Nelson Luersen (PDT)	Contra	Não
Nereu Moura (PMDB)	Não opinou	Não
Ney Leprevost (PSD)	Não opinou	Não opinou
Pastor Edson Praczyk (PRB)	A favor	Sim
Pedro Lupion (DEM)	A favor	Sim
Péricles de Mello (PT)	Não opinou	Não opinou
Plauto Miró (DEM)	Não opinou	Não
Professor Lemos (PT)	Contra	Não
Rasca Rodrigues (PV)	A favor	Sim
Reni Pereira (PSB)	Não encontrado	Não encontrado
Roberto Aciolli (PV)	A favor	Sim
Rose Litro (PSDB)	Não opinou	Não opinou
Stephanes Jr. (PMDB)	Não opinou	Não opinou
Tadeu Veneri (PT)	Contra	Não
Teruo Kato (PMDB)	A favor	Sim
Toninho Wandscheer (PT)	Não opinou	Não opinou
Waldyr Pugliesi (PMDB)	Contra	Não

GAZETA DO POVO

Valdir Rossoni (PSDB), por ser presidente da Casa, não foi procurado porque é par ele que será entregue o documento solicitando a publicação da lei.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

11 SET 2012

GAZETA DO POVO

POLÍCIA FEDERAL

Justiça derruba liminar que impedia corte salarial de agentes

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), sediado em Porto Alegre (RS), suspendeu ontem a liminar que impedia o governo federal de cortar o salário dos policiais federais em greve no Paraná. A 7ª Vara Federal de Curitiba havia concedido a liminar ao Sindicato dos Policiais Federais do estado (Sinpef-PR) no dia 24 de agosto. A decisão é da desembargadora federal Marga Barth Tessler, que alegou haver risco de lesão à ordem pública com a greve da PF. Para a desembargadora, a manutenção da liminar pode gerar um efeito de repetição, pois outros funcionários públicos federais em greve poderiam recorrer ao mesmo artifício e tentar impedir o corte de seus salários. Essa situação, segundo ela, "em muitos casos" acabaria "atingindo serviços essenciais ao funcionamento do Estado." Procurado, o Sinpef-PR disse que já tem toda a documentação pronta para recorrer da decisão.

CASO GRAVATAÍ

Justiça gaúcha aceita denúncia contra policiais paranaenses do Tigre

A Justiça do Rio Grande do Sul aceitou ontem a denúncia oferecida pelo Ministério Público gaúcho contra três policiais paranaenses do Grupo Tigre por homicídio doloso — quando há intenção de matar. No fim do ano passado, os policiais trocaram tiros com um sargento da Brigada Militar (a Polícia Militar gaúcha), quando investigavam o sequestro de dois agricultores paranaenses em Gravataí, na Grande Porto Alegre. O brigadista Ariel da Silva foi atingido por um tiro e morreu. A denúncia foi recebida pela juíza Eda Salette Zanatta de Miranda, da 1ª Vara Criminal de Gravataí. O caso ocorreu em 21 de dezembro de 2011.

Pinga-fogo



"[Atribuo os atrasos das sessões a] uma ocupação maior dos meus pares e que talvez eu não tenha."

Marco Aurélio Mello, ministro do STF, sobre ter se tornado comum o atraso de meia hora para o início de cada sessão de julgamento do mensalão.

GAZETA DO POVO

SINTESES

A EXIGÊNCIA DO DIPLOMA DE JORNALISMO

CARLOS Orsi

Fetichismo tacanho

Quando a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista caiu no STF, um colega disse: “Quero ver quem vai me reembolsar pela faculdade que fiz à toa”. A frase saiu de modo tão espontâneo que desconfio que esse meu amigo nem desconfiou, na hora, de quanto ela era triste, mesquinha e, também, reveladora.

Triste porque deixava claro que, para ele, cursar Jornalismo tinha sido um fardo, uma perda de tempo (e dinheiro), que só se justificava por causa de uma obrigação burocrática, a do diploma. Extinta a obrigação, o curso se mostrava tão inútil quanto frustrante. Mesquinha porque, ao usá-la como argumento a favor do diploma obrigatório, ele se comportava como a criança que, depois de ter apanhado dos colegas mais velhos, passa a achar justo distribuir sopapos. E reveladora porque mostra quem realmente ganha com o diploma obrigatório: os donos de faculdades ruins, das que fazem os ex-alunos sonharem com reembolso.

Há dois motivos, um legítimo e um corporativo, para que a lei exija diploma universitário específico para o exercício de uma profissão. O legítimo é a proteção da sociedade; o corporativo, a proteção dos profissionais. É legítimo, por exemplo, que se exijam diplomas de médicos e de engenheiros civis: não queremos, afinal, morrer vítimas de cirurgias feitas por açougueiros, ou de prédios desabados.

No caso do jornalismo, a história brasileira e a experiência internacional mostram que o diploma obrigatório não traz benefício social algum. A lista de grandes profissionais da imprensa nacional que foram ou são autodatas, ou se formaram em outras áreas, é, talvez, tão grande quanto a de profissionais médicos devidamente diplomados. No mundo, basta lembrar que os veículos de imprensa mais respeitadas, o jornal *The New York*

Times e a revista *The Economist*, são feitos em países onde não se exige diploma de jornalista.

Quanto ao suposto benefício para a classe, décadas de imposição do diploma nada fizeram para tornar os jornalistas mais unidos ou conscientes de seus direitos. Mesmo o efeito de reserva de mercado é pífio, já que a proliferação de más faculdades garante que o número de profissionais disponíveis supere, em muito, o de boas vagas de trabalho.

Nada disso significa que os cursos de Jornalismo sejam inúteis: um bom curso é uma via digna de entrada na profissão e um crédito para o currículo. Mas a faculdade não é a única via possível para a formação do bom jornalista.

Além disso, um bom curso será, talvez, caro e exigente. Como sobreviverá se, graças ao diploma obrigatório, for forçado a concorrer com cursos que se limitam a imprimir diplomas contra a apresentação de um carnê quitado? É o “público cativo” criado pela obrigatoriedade que torna lucrativas as faculdades inidôneas.

Existe, ainda, o fetiche do diploma: algumas pessoas creem que o fato de uma profissão ser “exclusiva dos formados em nível superior” traz algum tipo de prestígio em si. Ser “profissional de nível superior” vira fator de status, como ter um carro esporte importado.

Não creio ser necessário apontar o que há de tacanho e deplorável nisso. Títulos acadêmicos não têm nenhum valor real para além das competências que, presume-se, atestam. O fato de certas competências poderem também ser obtidas sem ir à faculdade não as torna menos valiosas — e nem menos importantes as pessoas que as possuem. Carlos Orsi, jornalista — formado em Jornalismo pela USP — e escritor, é editor-assistente da revista *Ensino Superior Unicamp* e blogueiro (www.carlosorsi.blogspot.com).

CONTINUA

GAZETA DO POVO

ANA PAULA DA ROSA

O valor do diploma e o valor do jornalismo

11 SET 2012

CONTINUAÇÃO

Quanto vale um diploma? Quanto vale uma formação superior? Muitos diriam que um diploma não tem preço; outros, que o documento é o que importa. Para os jornalistas, um diploma é mais que um documento que representa uma titulação: é sinal de uma luta de anos pelo reconhecimento de uma profissão tão necessária para a democracia brasileira e para o desenvolvimento do país como o Direito, a Medicina ou as licenciaturas.

O ofício do jornalismo vai além da mera redação; estende-se para a produção da informação e o registro de um real só acessível a muitos de nós pelas páginas e sites de jornais. No entanto, há uma desvalorização histórica do fazer do jornalista que aos poucos parece estar sendo revertida. Vladimir Herzog foi morto durante a ditadura e tornou-se símbolo do jornalismo que vai até as últimas consequências em nome de um ideal. Talvez por isso a categoria não tenha esmorecido diante da queda da obrigatoriedade do diploma, decidida em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal.

De um lado, entendo os argumentos do STF, pois não é o diploma que faz o profissional; mas isso independe de profissão. No entanto, o jornalismo demanda muito mais que conhecimentos práticos — que são, ressaltado, cruciais —; há saberes que só podem ser obtidos nos bancos escolares. Na rotina da redação, cada vez mais enxuta, raros são os momentos para discutir problemas socioeconômicos, pensar o cenário do digital e compreender a sociedade que se representa. Muitas vezes, as tendências jornalísticas implantadas por meio de projetos gráficos, de linguagem e textuais nada mais são que reflexos de dados coletados e produzidos por pesquisadores da área que, na academia, pensam o jornalismo e podem contribuir para que novos jornalistas tenham condições não de reproduzir práticas, mas de produzir conhecimento e informação de pertinência social.

A aprovação pelo Senado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2009, que torna obrigatório o diploma para o exercício do jornalismo, é um avanço no amadurecimento do país em termos de liberdade de imprensa. Pelo texto da PEC, colaboradores e comentaristas sem vínculo empregatício poderão continuar atuando, mas a reportagem, a pauta, a produção da notícia em essência, estas tarefas caberão ao profissional capacitado, com traquejo para ser “os olhos da nação”, como já defendia Rui Barbosa.

Sinto-me feliz com a possibilidade de reversão da medida tomada pelo STF por dois motivos: primeiro, porque um curso de Jornalismo é um aprendizado sobre a sociedade, o nosso laboratório cotidiano: ruas, cidades, estados e, essencialmente, pessoas que abrem suas vidas. Segundo, porque desde 2009 em nenhum momento senti que minha formação havia sido em vão ou inócua, ainda que muitos preferissem perguntar para que serviria um diploma de Jornalismo. Acostumei-me a responder que um diploma, seja de Jornalismo, seja de Administração, não determina o homem, mas ajuda a construir suas bases.

Em um país que luta por democracia e igualdade de direitos, calar os jornalistas por meio do descrédito de sua profissão é o mesmo que optar pela volta da ditadura, em versão não física, mas a canetadas. Esperamos que os deputados tenham a mesma lucidez do Senado e apoiem a PEC, pois quem ganha é o ensino, é o jornalismo, mas, acima de tudo, é o cidadão.

Ana Paula da Rosa, jornalista, é coordenadora do curso de Jornalismo na Universidade Tuiuti do Paraná.

1 1 SET 2012

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



1 1 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Dilma indica novo ministro para o Supremo em 11 dias

Teori Albino Zavascki poderá até participar
do julgamento do mensalão

Indicação é a mais rápida do governo da presidente e provoca divisão no PT; posse pode ser em novembro

Contrariando expectativas, a presidente Dilma Rousseff indicou ontem, em meio ao julgamento do mensalão e em tempo recorde, Teori Albino Zavascki para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal aberta com a aposentadoria de Cezar Peluso.

Ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Teóri (pronuncia-se "Teorí"), 64, foi chamado de uma viagem com a família para receber a indicação. Ele pode participar do julgamento do mensalão se o caso estiver em pauta quando tomar posse.

Entretanto, a expectativa dos próprios ministros é que ele fique de fora. Primeiro, pela alta probabilidade de os réus já terem sido julgados.

Segundo, por não ter pleno conhecimento dos autos.

Dilma iria esperar o fim do julgamento. Decidiu antecipar o anúncio para evitar ataques ao escolhido. A **Folha** antecipou, na semana passada, que Teori era o favorito, e ontem, sua indicação.

Segundo interlocutores, Dilma tem dito que a atuação ou não do ministro no julgamento não é problema dela.

Ela também quis encerrar pressões do PT de São Paulo e de magistrados que defendiam um nome do Estado para substituir Peluso. Catariense, Teori é identificado com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, que cobre o Sul.

A indicação de Dilma dividiu o PT. Uma ala não gostou, por ele ser muito próximo ao desafeto Gilmar Mendes. Outros setores acharam um bom nome, pois o consideram garantista, ou seja, favorável aos direitos de réus.

O partido está no centro do julgamento do mensalão.

Dilma estava decidida por Teori, nome que mencionou em reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams.

Cotado para uma próxima vaga no STF, Adams foi um dos patrocinadores do escolhido. Agora, as atenções se voltam para quem vai substituir Ayres Britto, que se aposenta em novembro.

O nome de Teori chegou a ser mencionado por Mendes em reunião com Lula no escritório do ex-ministro Nelson Jobim, quando o ex-presidente teria pedido a Mendes ajuda para adiar o julgamento — Lula nega. A indicação de Teori já era aventada desde o governo anterior.

Para assumir, o indicado precisa passar por sabatina da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, que está em "recesso branco" nas eleições. Ontem, o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que isso pode ocorrer no começo de outubro. Se aprovado, a posse ocorreria de duas a três semanas depois — o julgamento pode estar em pauta.

O nome de Teori foi bem recebido pelos ministros do STF, que foram cautelosos sobre sua participação. "Se vier a tempo de participar do processo, tudo bem. Aí ele tem todos os poderes iguais aos ministros", diz o presidente da corte, Carlos Ayres Britto.

Teori teve a mais rápida indicação de Dilma, 11 dias após a saída de Peluso. Rosa Weber foi escolhida em três meses, e Luiz Fux, em seis.

CONTINUA

Novo ministro é conhecido pela discrição

Teori Zavascki (sobrenome de origem polonesa) é conhecido por colegas pela discrição e pelo rigor no respeito ao rito processual.

No domingo, em rápida audiência, a presidente Dilma disse que o escolheu, principalmente, por ser discreto.

Ele atuou a favor da União em processos fazendários, como em casos ligados ao Incra.

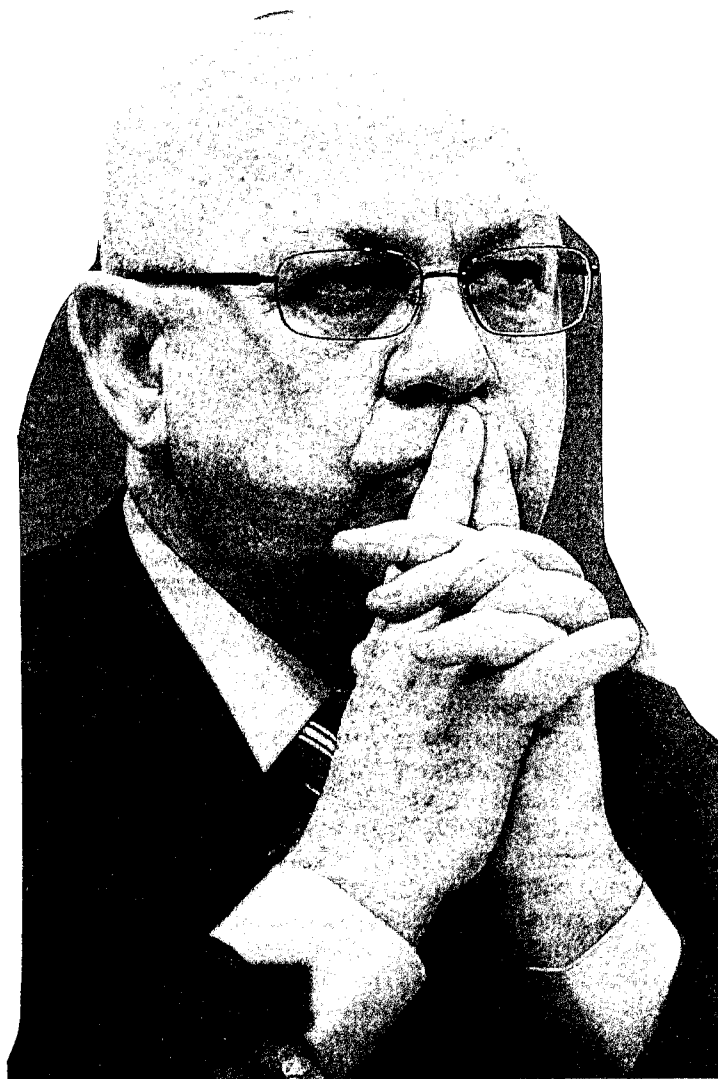
Em 2010, foi um dos dois

votos contrários à prisão preventiva do ex-governador do DF José Roberto Arruda, pelo escândalo Caixa de Pandora —12 votaram a favor. Também negou recurso do Ministério Público contra decisões de instâncias inferiores que livraram o ex-ministro Antonio Palocci de processo por improbidade administrativa.

Em 2011, negou, como relator, pedido de procuradores para condenar o ex-presidente Fernando Collor por

atos praticados no cargo — manteve decisão do Tribunal Regional da 1ª Região. Também votou a favor do desmembramento de ação penal do Espírito Santo em que havia só um dos nove réus com prerrogativa de foro. Sua posição foi seguida pelos demais colegas, que mantiveram então dois réus na ação.

Zavascki chegou ao STJ em 2003 —indicado por Fernando Henrique Cardoso, recebeu a nomeação de Lula.



O ministro Teori Zavascki durante evento no ano passado

JOAQUIM FALCÃO
ANÁLISE

Presidente cumpre com dever ao fazer indicação agora

A presidente Dilma Rousseff indicou seu candidato ao STF. Não importa que com isso tenha se protegido de grupos de pressão ou de partidos. Não importa que esteja em meio ao julgamento o mensalão. Não importa que o Congresso logo aprecie a indicação ou somente depois das eleições municipais.

O fato é que a presidente cumpriu com seu dever em tempo imediato.

Só entendemos bem sua indicação quando a comparamos com outras que poderiam ter sido feitas e não foram. Não é indicação político-partidária, como queriam uns, e temiam outros.

Não participou de governos nem como procurador ou advogado-geral da União. Não está vinculado a interesses comunitários, sindicais, corporativos ou empresariais. Não entende a magistratura como um exercício midiático.

Com anos de advogado do Banco Central, é capaz de bem entender das relações de direito e economia. É preocupado com a eficiência do Judiciário e da Justiça.

Haverá alguma consequência para o julgamento do mensalão? Sim, já houve. Se houver urgência ou perspectiva de impasse, como na Lei de Ficha Limpa, o Senado pode apressar a sabatina.

Se não houver urgência, o Senado deverá seguir seu ritmo normal. Neste mês, a Casa só se reúne por uma semana de esforço concentrado. A votação deverá ocorrer apenas após as eleições.

Doña da toga

A indicação de Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal causou perplexidade em correntes do PT que tentavam emplacar candidatos à vaga. Ao antecipar a escolha e optar por mais um magistrado de carreira, Dilma Rousseff deu, no entender de petistas, outro sinal de que não agirá para ajudar os réus no processo. Nas sondagens a Zavascki, emissários do Planalto disseram que, apesar de o regimento interno permitir, não seria conveniente que ele votasse no caso.

Devagar Se Dilma enviar a mensagem à CCJ hoje, o presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE), tentará fazer sua leitura ainda nesta semana, mas a sabatina de Zavascki deve ocorrer apenas no próximo esforço concentrado, previsto para o dia 28.

DNA No Twitter, o governador Tarso Genro reivindicou a paternidade da indicação do novo titular do STF.

Resumo Diferentemente do relator, Joaquim Barbosa, que passou toda a sessão de ontem lendo seu voto, Ricardo Lewandowski levará de duas a três horas amanhã para ler o voto no item referente a lavagem de dinheiro na cúpula do Banco Rural e nas agências de Marcos Valério.

Com o relator O revisor reconhecerá a lavagem de dinheiro nos dois núcleos. Como o relator absolveu Ayanna Tenório, as divergências entre ele e Lewandowski serão mínimas e pontuais, apenas em relação a funcionários.

Não é prudente sabatina instantânea. A legitimidade do futuro ministro é proporcional à desvinculação de sua indicação dos rumos do mensalão. Sem falar que sua chegada no meio do jogo provocará inúmeros debates. É possível, mas inusitada.

A normalidade democrática implica que a sociedade, os senadores, tenham tempo e bem conheçam quem é Teori Zavascki. Reflitam e julguem agora quem vai nos julgar depois. Avaliem, como escreveu Shakespeare, se o ministro é o que parece ser.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio.



1 1 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa destaca elo de Dirceu com esquema

Ministro relator afirma que Marcos Valério era o intermediário dos interesses do Banco Rural junto ao ministro

Segundo Barbosa, encontros entre a dona do banco e Dirceu se deram 'no contexto' das operações de lavagem

O relator do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, votou ontem pela condenação de nove réus por lavagem de dinheiro e complicou a situação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT-SP).

Em seu voto, que apontou um esquema de ocultação de saques de dinheiro usado no pagamento a parlamentares e partidos políticos, Barbosa colocou em dúvida o objetivo de duas reuniões entre Dirceu e a dona do Banco Rural.

“Embora Kátia Rabello e José Dirceu não admitam ter tratado do esquema de lavagem de dinheiro, é imprescindível atentar para o contexto em que tais reuniões se deram. Não se trata de um fato isolado, [...] mas num mesmo contexto em que as operações foram levadas a efeito.”

Barbosa disse ainda que o empresário Marcos Valério de Souza funcionou como “intermediário” de interesses de Kátia junto a Dirceu, conforme depoimento da própria ré.

A parte da acusação que trata do ex-ministro, contudo, será analisada mais adiante.

O relator fez várias referências a outro integrante do chamado núcleo político, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Disse que a lavagem foi “ação orquestrada” com a “ocultação dos reais recebedores”, “indicados pelos integrantes do núcleo publicitário, orientados pelos membros do núcleo político, que tinha Delúbio como interlocutor”.

Ontem, o relator votou pela condenação de Valério, seus sócios, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, seu advogado, Rogério Tolentino, as funcionárias Simone Reis e Geiza Dias, e dos executivos do Rural Kátia Rabello, o ex-vice-presidente José Roberto Salgado e o dirigente Vinícius Samarane — Ele votou pela absolvição da ex-executiva Ayanna Tenório.

Segundo Barbosa, foram 46 operações de lavagem de dinheiro no mensalão, que passou por três etapas distintas.

Primeiro, com fraude nos registros contábeis das empresas de Valério. Depois, a simulação de R\$ 29 milhões em empréstimos junto ao Banco Rural. As dívidas eram roladas indefinidamente, sem pagamento e sem boas garantias.

Por fim, havia o saque na boca do caixa de uma maneira que enganava o Banco Central e o Coaf, órgão de inteligência financeira do governo federal.

Pela legislação então em vigor, os bancos deveriam comunicar a ambos os saques de R\$ 100 mil ou mais. Os saques do mensalão, contudo, foram informados sem o registro nominal do verdadeiro sacador.

Isso porque a SMPB, uma das empresas de Valério, emitia cheques de conta no Rural para si mesma, como se fosse para pagar fornecedores, e autorizava o banco a deixar outras pessoas sem ligação com a empresa sacarem o dinheiro.

Barbosa disse que deve reconhecer que houve corrupção ao julgar a acusação de compra de apoio de congressistas.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO











CONTINUAÇÃO

11 SET 2012

A OPINIÃO DOS JUÍZES

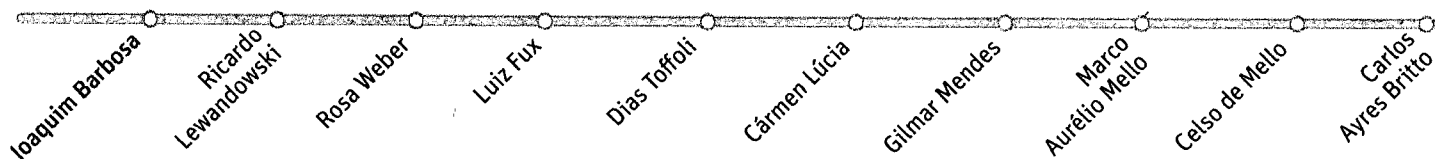
Ministros do Supremo decidem nesta semana sobre as condutas do chamado "núcleo financeiro" do mensalão

JÁ FOI JULGADO		O QUE ESTÁ EM DISCUSSÃO	OS PRÓXIMOS CAPÍTULOS			
Desvios de dinheiro do Banco do Brasil e da Câmara	Os empréstimos do Banco Rural para o mensalão	A operação financeira do esquema	A compra de apoio político no Congresso	Os petistas que receberam dinheiro do mensalão	Os pagamentos feitos ao publicitário Duda Mendonça	A participação do ex-ministro José Dirceu

O que diz a acusação	Acusados	A decisão dos ministros	● Condenado ○ Absovido
De acordo com a Procuradoria-Geral da República, o Banco Rural ajudou a ocultar os verdadeiros destinatários dos recursos do mensalão ao permitir que os beneficiários do esquema sacassem o dinheiro sem se identificar. Os réus denunciados por lavagem de dinheiro estão sujeitos a penas que variam de 3 a 10 anos de prisão e multa	 > Kátia Rabello	Lavagem de dinheiro	●
	 > José Roberto Salgado	Lavagem de dinheiro	●
	 > Ayanna Tenório	Lavagem de dinheiro	○
	 > Vinícius Samarane	Lavagem de dinheiro	●
	 > Marcos Valério Fernandes de Souza	Lavagem de dinheiro	●
	 > Rogério Tolentino	Lavagem de dinheiro	●
	 > Cristiano Paz	Lavagem de dinheiro	●
	 > Ramon Hollerbach	Lavagem de dinheiro	●
	 > Simone Vasconcelos	Lavagem de dinheiro	●
	 > Geiza Dias	Lavagem de dinheiro	●

Joaquim Barbosa

ORDEM DE VOTAÇÃO



CONTINUA

>OUTRO LADO<

Relator somente acolhe acusação, dizem advogados

DE BRASÍLIA

Os advogados do empresário Marcos Valério de Souza e seus ex-sócios Cristiano Paz e Ramon Hollerbach lamentaram o voto do ministro relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa.

Em nota divulgada pouco antes da leitura do relator, o Banco Rural reiterou que a instituição cumpriu “a legislação e as normas vigentes” na época sobre a comunicação dos saques em espécie.

Os defensores do grupo de Valério lembraram que Barbosa foi voto vencido no caso da ex-executiva do Banco Rural Ayanna Tenório. Na semana passada, o voto do re-

lator nesse tópico não foi seguido pelos outros nove ministros, que a absolveram.

“Não espero novidade no voto de Barbosa. Ele votou até pela condenação da Ayanna, então ele fazer voto pela condenação não constitui surpresa”, disse Marcelo Leonardo, defensor de Valério.

O advogado de Hollerbach, Hermes Guerrero, afirmou: “O ministro acolheu tudo o que o procurador falou, seja para absolver, seja para condenar. Com relação a Ayanna, por exemplo, nove ministros votaram pela absolvição. Será que só ele [Joaquim] estava certo?”

O advogado de Cristiano Paz, Castellar Guimarães, foi na mesma linha. “Parece que ele tem uma manifestação já clara e de forma até certo ponto discutível que vem pela condenação de todos os denunciados”, disse.

Relator propõe realizar sessões extras para agilizar julgamento

O relator do mensalão no Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, propôs ontem realizar sessões extras para agilizar o julgamento.

O presidente da corte, Carlos Ayres Britto, praticamente adiantou que concorda com a proposta, ao dizer que está “receptivo” à ideia.

O STF deverá bater o martelo sobre novas sessões de julgamento amanhã, mas ministros ouvidos pela **Folha** avaliam que a proposta de Barbosa deve prosperar.

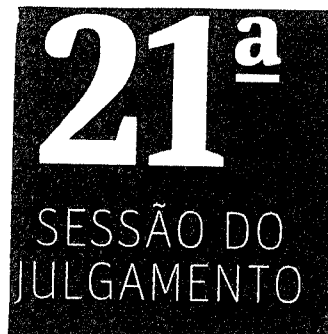
“Sugiro que reexaminemos a sequência desta ação penal. Acho que talvez posse conveniente estudarmos sessões extras exclusivamente para esse julgamento”, afirmou o relator, que alega estar fazendo o possível para reduzir seu

voto: “Na condição de relator, tenho a obrigação de trazer todo o voto”.

A maioria dos ministros concorda com a agilização do julgamento, mas ainda não há ainda consenso sobre quantos encontros a mais por semana seriam necessários. Pelo ritmo atual, o caso poderia chegar até meados de novembro, época em Ayres Britto deverá se aposentar.

Alguns integrantes do STF ouvidos na ontem avaliam que bastaria um encontro a mais por semana para garantir que o julgamento termine até o meio de outubro.

Um deles é o próprio Barbosa: “Eu falei agora para convocar mais sessões. Uma a mais por semana. O horário, o dia, eu não sei. Porque o tribunal está parado, praticamente um mês e meio”.



ONTEM

O relator Joaquim Barbosa votou o capítulo 4, sobre acusação de lavagem de dinheiro envolvendo o Banco Rural, o empresário Marcos Valério e seus sócios. Barbosa votou pela condenação, além de Valério, de Rogério Tolentino, Cristiano Paz, Ramon Hollerbach, Simone Vasconcelos, Geiza Dias, Kátia Rabello, José Roberto Salgado e Vinicius Samarane. Absolveu Ayanna Tenório.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

O sentido das palavras

RIO DE JANEIRO - "Até nas flores se encontra a diferença da sorte: umas enfeitam a vida, outras enfeitam a morte." Esse poema se aprendia nas escolas do passado. Hoje, a diferença da sorte atinge até mesmo os partidos políticos, que podem ser resumidos em situação e oposição.

Para a oposição, dona Dilma é presidente da República. Para a situação (PT e aliados), é presidenta, como ela própria gosta de ser tratada. É fácil identificar quem é a favor ou contra o governo. Embora não se diga de uma moça que é "estudanta", de uma mulher acamada que é "doenta" ou "pacienta", a sutileza do tratamento é uma declaração de princípios, um programa de salvação nacional.

Há também uma outra sutileza que define os rumos ideológicos e transcendentais da atual situação nacional. Os veículos de comunicação, principalmente as TVs oficiais e as oficiosas, quando botam no ar os debates no Supremo Tribunal Federal (STF), identificam o programa como "ação penal 470". Tudo certo, a informação não foi sonogada nem deformada. As emissoras não comprometidas com o governo se referem ao mesmo programa de outra forma: "mensalão" —um tiro que o PT disparou no próprio pé.

Palavras e palavras. O pai de Samuel encontrou Isaac e declarou, contristado: "Meu coração está cheio de tristeza, soube que o seu filho Jacó está dando!". No dia seguinte, Isaac procurou o pai de Samuel, com o coração transbordando de alegria: "Meu filho não está dando, está tomando!".

Palavras, palavras e palavras servem para isso mesmo. O papa Pio 11, antecessor de Pio 12, fez uma advertência severa contra o nazismo — que, em 1933, tomava o poder na Alemanha. Recebeu uma resposta oficial daquele país, justificando o regime ali adotado. O papa reclamou: "Perdemos o sentido das palavras!".

1 1 SET 2012

11 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Lei de helipontos leva empresas à Justiça

Bancos e condomínios de alto padrão buscam escapar de restrição imposta pela prefeitura paulistana em 2009

Das cinco ações julgadas em primeira instância, o uso do helicóptero foi liberado em apenas uma

Empresas e condomínios de alto padrão em São Paulo têm ido à Justiça para tentar liberar helipontos barrados após um decreto da prefeitura.

Em 2009, o governo municipal impôs normas mais rigorosas para o funcionamento desses locais na cidade.

São ao menos 12 ações judiciais envolvendo edifícios como o Faria Lima Financial Center e o Office Tower Itaim, e helipontos de empresas, como Itaú e Santander.

Todos os locais já funcionavam antes do decreto de 2009, mas não conseguiram comprovar que se adequavam às novas normas, que determinam um raio mínimo de distância de 300 metros em relação a escolas e hospitais.

Segundo dados da Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero, quase 30% dos helipontos na cidade foram fechados após as restrições—o total caiu de 272 para 193.

“O fechamento não reduz o número de helicópteros em operação na cidade e gera problemas à população e à segurança de voo por restringir pousos e decolagens a um pequeno número de pontos habilitados”, afirma a entidade.

A prefeitura diz que a norma não veta a instalação dos pontos, mas “contém regras para construção e reforma”.

Nos processos, as empresas argumentam que licenças concedidas antes da mudança são “direito adquirido”.

Das 12 ações, 5 foram julgadas em primeira instância; só uma foi favorável à empresa.

É o caso do heliponto (de 1978) do Itaú na avenida Eusébio Matoso, que teve a revalidação da licença negada por funcionar perto de faculdade.

A Justiça confirmou a tese de direito adquirido e considerou que a escola se instalou em 2008, quando o heliponto já funcionava, sem impedimento da prefeitura.

Mas também há casos como o do Faria Lima Financial Center, situado em meio a seis equipamentos públicos, como colégios, unidade de saúde e uma da Apae.

O local teve o funcionamento negado pela prefeitura e, em julho, pela Justiça.

“Não tem cabimento sujeitar crianças, estudantes e doentes aos incômodos causados pela utilização do heliponto (...) apenas para beneficiar alguns poucos empresários”, afirma na sentença a juíza Cynthia Thomé, citando problemas de poluição sonora.

A mesma opinião tem Marcia Vairoletti, diretora do Movimento Defenda São Paulo.

“Estão colocando o helicóptero como sendo uma coisa imprescindível, e aqui embaixo tem pessoas que sofrem com isso”, afirmou.

11 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Limpeza e transparência

Levantamento feito por esta Folha em todos os Estados do país mostrou que a Lei da Ficha Limpa barrou, até agora, 317 candidatos entre os 15.551 que disputam as prefeituras brasileiras.

Embora esse número possa mudar —ainda há casos a serem julgados em 16 Tribunais Regionais Eleitorais, e o Tribunal Superior Eleitoral precisará pronunciar-se sobre recursos—, dificilmente as candidaturas atingidas ultrapassarão 2% do total. Não chega a ser uma quantidade significativa.

É verdade que a Ficha Limpa pode ter exercido um efeito profilático, levando partidos a preterir candidatos enquadrados nos critérios de inelegibilidade da lei. Ainda assim, cabe assinalar que a norma rigorosa não se revelou a panaceia que muitos esperavam (apesar de tornar inelegível o postulante com condenação já na segunda instância, em vez de reservar a restrição aos casos em que a Justiça já tenha dado a última palavra, como seria aconselhável).

De todo modo, a aplicação da regra, validada pelo Supremo Tribunal Federal, faz parte do paulatino amadurecimento do sistema eleitoral. A Lei da Ficha Limpa, oriunda de iniciativa popular, resultou da contrariedade com o alto nível de corrupção na esfera pública.

É preciso, pois, dar novos passos, como obrigar cada candidato a publicar, em tempo real, o nome das pessoas físicas e jurídicas que fizeram doações para sua campanha, explicitando os respectivos valores repassados.

Com a medida, o eleitor poderia saber, antes de votar, quem são os financiadores por trás de cada político e, assim, interpretar melhor os interesses que ele defende.

Lembre-se, a tal respeito, a declaração impudica de Fernando Cavendish, dono da construtora Delta: “Se faço doações, não é que depois vá ganhar [licitações para obras]. Mas posso estar pelo menos bem representado para ter informação dos futuros investimentos”.

O mínimo que se poderia esperar é que essas doações fossem transparentes. Entretanto, não são. As regras em vigor permitem que elas sejam feitas disfarçadamente —e várias empresas preferem assim.

Os candidatos das 26 capitais já arrecadaram R\$ 120,5 milhões neste ano. Desse total, dois terços vieram de doações ocultas (recursos repassados a partidos, e não diretamente aos postulantes).

Tanto quanto o empreiteiro, o eleitor precisa de informações. Básico em democracias sólidas, o princípio da transparência ainda não é amplo o suficiente no Brasil.

1 1 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Candidatos aproveitam brecha para tentar proibir pesquisas no Paraná

Após o atual governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), conseguir a proibição de sete pesquisas na campanha de 2010, candidatos estão aproveitando o “flanco” aberto na Justiça Eleitoral do Estado para fazer pedidos idênticos.

Com base no mesmo argumento (ausência de ponderação dos entrevistados por sexo, idade, escolaridade e nível econômico), ao menos dez representações já foram ajuizadas por diferentes partidos nas principais cidades do Paraná.

Advogados afirmam que a jurisprudência abriu caminho às proibições —mas ressaltam que as decisões têm mudado. “A Justiça Eleitoral é itinerante”, diz a advogada Elizangela Lazzaretti, de Foz do Iguaçu.

Algumas avaliações já dão razão aos institutos e só proíbem pesquisas que não cumprem determinações do TSE ou com indícios de fraude. Os juízes têm afirmado que não cabe à Justiça Eleitoral discutir questões metodológicas.

Outras decisões se baseiam no entendimento de 2010 —de dez representações encontradas pela reportagem no Paraná, quatro tiveram sucesso.

No país, a **Folha** localizou contestações em ao menos 12 cidades. Em Campo Grande, policiais federais entraram no jornal “Correio do Estado” para impedir a divulgação de pesquisa. (ESTELITA HASS CARAZZAI)



Governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), durante evento

JORNAL DO ESTADO

POLICIAIS FEDERAIS

1 1 SET 2012

TRF4 suspende liminar que impedia desconto

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) suspendeu ontem a liminar que impedia a União de descontar da remuneração dos policiais federais do Paraná os dias parados em função da greve iniciada há mais de 20 dias. A decisão de permitir o desconto dos salários dos policiais foi da presidente da corte, desembargadora federal Marga Barth Tessler.

A desembargadora suspendeu a liminar baseada em dois argumentos, risco de lesão à ordem pública, visto que os serviços prestados pela Polícia Federal, segundo ela, “encontram-se significativamente prejudicados, especialmente na fronteira, e o risco de lesão à ordem pública administrativa, decorrente do efeito multiplicador da liminar suspensa. A liminar havia sido obtida pelo Sindicato dos Policiais Federais do Paraná, concedida pela 7ª Vara Federal de Curitiba no dia 24 de agosto.

Sangue — Agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal em Cascavel doaram sangue no Banco de Sangue de Cascavel, ontem. O gesto, além de representar a solidariedade, também serviu como contraponto ao Governo Federal que os tem taxados de “sangue azul” do funcionalismo público. A intenção da categoria é promover uma grande manifestação por semana no Paraná.

Liminar

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) suspendeu ontem a liminar que impedia a União de descontar da remuneração dos policiais federais do Paraná os dias parados em função da greve iniciada há mais de 20 dias. A decisão de permitir o desconto dos salários dos policiais foi da presidente da corte, desembargadora federal Marga Barth Tessler.

PEDOFILIA

JORNAL DO ESTADO

MPF recebe dados de provedores

O Ministério Público Federal no Paraná (MPF/PR) poderá retomar as investigações de crimes de pedofilia que estavam prejudicadas pela falta de informações relacionadas a perfis em redes sociais e caixas postais (e-mails).

Depois de 18 dias de uma decisão da Justiça Federal em Curitiba que obrigava as empresas Facebook, Google e Yahoo a fornecerem dados armazenados nos perfis e caixas postais dos investigados, todos os documentos chegaram à Polícia Federal. Os dados da Facebook, última empresa a enviar as informações, foram encaminhados para a Embaixada Americana no Brasil, em Brasília, no dia 31 de agosto. Os documentos chegaram às mãos da Polícia Federal no dia 4 de setembro. De posse dos dados solicitados, que deverão ser juntados ao inquérito em curso, o MPF poderá adotar as medidas necessárias para a identificação dos suspeitos.

O MPF atuou de forma a garantir rapidez no acesso às informações, uma vez que o atraso na investigação em curso representa risco à integridade física e psicológica de crianças e adolescentes.

Defensoria — As inscrições para o concurso público da Defensoria Pública do Paraná, que vai preencher 528 vagas de assessores jurídicos, pessoal técnico e de apoio administrativo, terminam na quinta-feira, às 14 horas. A prova será realizada no dia 30 de setembro. O edital do processo e mais informações estão disponíveis nos portais www.defensoriapublica.pr.gov.br e www.pucpr.br.

A inscrição deve ser feita exclusivamente pela internet, no portal www.pucpr.br/concursos. O valor é de R\$ 80,00 para funções do grupo operacional superior e R\$ 60,00 para a função do grupo operacional intermediário.

1 1 SET 2012

11 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

DUCCI GANHA

TEMPO NOS

programas

de Fruet e Ratinho

Direitos de resposta, porém, vão depender de novo julgamento de recursos pelo TRE/PR

Amanda Kasecker

Os candidatos a Prefeitura de Curitiba Ratinho Junior (PSC) e Gustavo Fruet (PDT) recorreram da decisão da Justiça Eleitoral de conceder direito de resposta ao prefeito Luciano Ducci (PSB) nos programas de televisão e rádio dos concorrentes. Segundo a decisão, a resposta de Ducci ocupará 1 minuto nos programas de TV de Ratinho Jr no horário de almoço e à noite e doze inserções de 30 segundos (total de seis minutos) nos programas de rádio de Gustavo Fruet. Porém, enquanto o recurso não for julgado, o direito de resposta fica em suspenso. A definição deve acontecer nos próximos dias.

A decisão da juíza Renata Estorilho Baganha foi baseada na doutrina de que “toda ofensa ou afirmação falsa veiculada durante a propaganda eleitoral se sujeita à resposta do ofendido”. No caso de Gustavo Fruet a Coligação Curitiba Sempre na Frente, de Luciano Ducci, pediu o direito de resposta porque em inserção de rádio de 30 segundos, veiculada em 05 de setembro, por 3 vezes, a propaganda de Fruet diz que o prefeito

não cumpriu promessas.

A inserção dizia: “Também no transporte Curitiba quer um prefeito que cumpra o que prometeu. Luciano Ducci disse que ia fazer, mas não fez os primeiros vinte e dois quilômetros do metrô. Não melhorou todos os terminais, não alargou todas as canaletas prometidas, não fez a ligação entre os terminais Capão da Imbuia e Cabral. Luciano não cumpriu integralmente quase oitenta por cento de suas promessas”.

A assessoria jurídica alegou que a gestão do atual prefeito não acabou e até 31 de dezembro não se pode afirmar que Ducci prometeu, mas não fez. A juíza acatou o pedido. A assessoria de imprensa de Fruet afirma que já recorreu da decisão e que aguarda um efeito suspensivo da liminar a qualquer momento.

Já no caso do direito de resposta na televisão, durante o programa de Ratinho Junior, a coligação do prefeito alegou que o candidato a vice, Ricardo Mesquita, disse que Ducci não investiu em calçadas. A assessoria jurídica de Ratinho Junior também entrou com recurso e aguarda julgamento.

Prefeito terá que pagar R\$ 10 mil

A Coligação do prefeito Luciano Ducci (PSB) também perdeu uma discussão judicial ontem. O Tribunal Regional Eleitoral negou recurso apresentado em uma das ações apresentadas por eles contra um programa de Gustavo Fruet (PDT). A acusação era de que Fruet teria utilizado gravações externas, montagens e recursos de computação gráfica, em gravação realizada no Buffet Central Hall. Porém, a juíza Renata Estorilho não concordou com a denúncia. Após o recurso, a decisão de juíza foi mantida e ainda foi aplicada uma multa de 10 mil reais por má-fé da campanha do prefeito. Para o relator Marcos Roberto Araújo dos Santos, o processo representou um desgaste excessivo à Justiça Eleitoral de primeiro grau, para “analisar algo que o próprio representante reconhece”.

JORNAL DO ESTADO

Justiça decreta prisão de suspeitos de matar PM

1 1 SET 2012

A Justiça do Rio decretou a prisão preventiva de cinco acusados da morte da soldado da Polícia Militar Fabiana Aparecida de Souza, de 30 anos, após um ataque à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Nova Brasília, no Complexo do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro. O crime ocorreu na noite de 23 de julho deste ano. Tiveram a prisão decretada Marcelo Moreira Reis, vulgo “Marcelinho da CDD”; Regis Eduardo Batista, o “RG”; Eduardo Luiz Paixão, o “2D” ou “Dudão”; Fernando Cezar Batista Filho, vulgo “Alemão”; e Mayadson Lucas Chaves.

Destes, apenas RG já está preso. Os demais permanecem foragidos. DG se entregou no fim da noite de 25 de julho (dois dias após o ataque à UPP) a agentes da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e da Corregedoria da Polícia Civil num posto de gasolina em Maria da Graça, zona norte do Rio, após seu advogado negociar sua rendição. Em depoimento na Divisão de Homicídios na ocasião, RG negou envolvimento no crime. Contra ele havia 27 mandados de prisão, por crimes como homicídios, tráfico de drogas e roubos.

O bandido admitiu que pertencia à facção do tráfico de drogas no Morro da Fé, no Complexo da Penha, até a tomada do conjunto de favelas da Penha e do Alemão pelas forças de segurança, em novembro de 2010. Em seguida, Regis disse que passou pelos morros do Chapadão, em Costa Barros, e do Juramento, em Vicente de Carvalho, antes de se refugiar na Região dos Lagos do Estado.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

PROCESSÔMETRO

O contador automático de processos (Processômetro) indicou 101.546 novas ações em agosto. Até o final de 2012, terão sido ajuizados mais de um milhão de novos processos em todas as comarcas do Paraná. Do total, quase 60% são processos eletrônicos. Isto demonstra a confiança da população em seu Judiciário, que se aparelha cada vez mais para responder com rapidez e qualidade. Com a criação de novas varas, cargos de juiz e investimentos maciços no primeiro grau, a produtividade do Judiciário paranaense tem crescido de maneira acentuada, atingindo e superando as metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), haja vista ter o TJPR alcançado, já no mês de junho, 98,17% da Meta 2, que previa o julgamento até 31/12/2012 de, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais e no Tribunal de Justiça.

OUVIDORIA-GERAL

A Ouvidoria-Geral da Justiça comemorou na quarta-feira (5/9) um ano de sua instalação. Atendendo à Resolução 103 do Conselho Nacional de Justiça, seu objetivo é ser ferramenta para a valorização da cidadania e melhoria dos serviços da Justiça. A Ouvidoria é um órgão administrativo vinculado ao gabinete do corregedor-geral da Justiça, tem como ouvidor-geral o juiz Antonio Franco Ferreira da Costa Neto e como ouvidora-substituta a juíza Vânia Maria da Silva Kramer, ambos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça. O atendimento prestado ao cidadão consiste em esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do TJ, receber e encaminhar reclamações por abusos, erros e omissões das autoridades judiciárias, seus auxiliares, servidores do foro judicial, agentes delegados do foro extrajudicial e funcionários da Justiça. As manifestações são encaminhadas aos setores administrativos competentes; porém a Ouvidoria-Geral não interfere no processo, o que só pode ser feito por advogado ou defensor público.

ELEVAÇÃO

Em cerimônia que lotou o Fórum, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, elevou na terça-feira (4/9) à comarca de União da Vitória à entrância final. Inúmeras autoridades civis e militares prestigiaram o ato que contou também com a entrega de Título de Cidadão Honorário do município ao desembargador Miguel Kfourri Neto.

ELEVAÇÃO 2

Em solenidade conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, a comarca de Corbélia foi elevada na quarta-feira (5/9) à entrância intermediária. Na mesma oportunidade foi instalada a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e também a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família, desmembrando, dessa forma, o Juízo Único em duas Varas distintas.

ELEVAÇÃO E INSTALAÇÃO

Em solenidade bastante prestigiada por juízes, prefeitos e autoridades de Toledo e região, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, conduziu, na quarta-feira (5/9), a cerimônia de elevação da comarca de Toledo, de entrância intermediária à final, e de instalações da 3ª Vara Cível e da Vara de Família e Sucessões. Na mesma oportunidade, o presidente Kfourri foi agraciado com o título de cidadão honorário de Toledo. Esta homenagem foi proposta pelo prefeito, José Carlos Schiavinato, que fez a entrega do título juntamente com o juiz Eugênio Giongo; o presidente da Câmara, Adelar Holsbach, além de demais vereadores.

11 SET 2012

NOVO FÓRUM

O presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfourri Neto, assinou, na semana passada contrato para a elaboração de projetos complementares da construção do edifício do novo Fórum da comarca de Paranaíba. O valor do contrato, custeado pelo Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus), é de 330 mil reais. O projeto do novo Fórum foi desenvolvido pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do TJPR e idealizado pelo arquiteto Paulo Henrique Molinari. O prazo para conclusão dos projetos e demais elementos técnicos é de 120 dias. O Fórum será implantado em terreno de 12.199,23m², na avenida Lázaro Figueiredo Vieira, com área construída prevista de aproximadamente 7.900 m², distribuídos em 4 pavimentos.

CONVÊNIO

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná firmou na quarta-feira (5/9) convênio com a Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP), como parte do atendimento da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente no que diz respeito ao fomento de práticas autocompositivas de solução de conflitos – mediação e conciliação, na fase pré-processual. Estiveram presentes ao ato o 2º vice-presidente do TJ e presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, desembargador Ivan Bortoleto; no exercício da presidência do Tribunal, o desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação; o corregedor do TJ, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo; o juiz auxiliar da 2º vice-presidência, Jederson Suzin; o juiz auxiliar da corregedoria Roberto Santos Negrão e a coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da FESP, Anna Christina Gonçalves de Poli.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, José Eduardo de Mello Leitão Salmon (1º grau) e Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 10 a 17 de setembro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

1 1 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ publica manual para racionalizar controle e execução de precatórios

O Conselho Nacional de Justiça editou o Manual de Racionalização de Procedimentos para os Precatórios. O objetivo é unificar o tratamento da formação, acompanhamento e pagamento dos precatórios pelos tribunais estaduais do país, que ficaram responsáveis pela administração das dívidas com a publicação da Emenda Constitucional 62, de 2009.

Este é o segundo passo do CNJ em relação à unificação do tratamento dos precatórios, iniciado com as Resoluções 115, 123 e 145, todas de 2010, que instituíram o Sistema de Gestão de Precatórios e o Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (Cedin), sob responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça.

Um dos pontos principais do manual é a fixação do respeito pela coisa julgada, contra a falta

de compromisso que parte das entidades públicas tem para com as dívidas, segundo explica o CNJ. Segundo a EC 62, cada instituição devedora haveria de depositar mensalmente, em contas administradas pelos Tribunais de Justiça, um valor equivalente a no mínimo 1% de suas respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento. A porcentagem é determinada pelos Tribunais, que a calculam tendo em vista a quitação das dívidas em 2024. No entanto, os devedores têm flexibilizado a interpretação da Emenda, e frequentemente impugnam o precatório formado, atrasando seu pagamento.

Para o advogado Flávio Brando, “o drama do precatório tem sido objeto de terapia equivocada no Legislativo, pois sempre se ataca-

ram os sintomas do problema: dívidas bilionárias, desapropriações irresponsáveis, descumprimento de contratos. E nunca a doença: a cultura do calote, contando com a demora do Judiciário e a impunidade dos agentes públicos”.

Também é abordada no manual a estrutura de trabalho ideal para a execução da tarefa. Organogramas de trabalho, fichas de ofício requisitório, pedido de preferência e certificados de compensação são sugeridos no manual.

Pegos de surpresa pela EC 62, os tribunais não contavam com estrutura para administrar o grande volume de dívidas públicas, cujos valores corretos são obtidos por meio de cálculos complexos. A intenção do manual do CNJ é servir de base e orientação para os trabalhos dos TJs.

PEC altera escolha dos futuros ministros do STF

Tramita no Senado Federal a Proposta de Emenda Constitucional 44/2012 determinando que os ministros do Supremo Tribunal Federal sejam escolhidos pelo presidente da República após lista sêxtupla formada por dois indicados do Ministério Público Federal, dois do Conselho Nacional de Justiça, um da Câmara dos Deputados e um da Ordem dos Advogados do Brasil.

De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a PEC altera o artigo 101 da Constituição Federal. A proposta ainda proíbe a indicação de quem tenha, nos quatro anos anteriores, ocupado mandato eletivo no Congresso Nacional ou cargos de Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União ou de ministro de Estado. Pela proposta, depois de recebidas as indicações, o presidente da República formará lista tríplice, enviando-a ao Senado. A lista será submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que procederá à sabatina pública de cada indicado, formalizando a escolha do nome a ser submetido ao Plenário do Senado. Ainda de acordo com a PEC, o Plenário, por maioria qualificada, aprovará a indicação.

Em caso de não aprovação, a proposta determina que o segundo nome seja submetido ao Plenário; se não aprovado, passa a ser examinado pelos senadores o terceiro nome da lista; se mais esse nome for rejeitado, a vaga fica em aberto, e o processo recomeça com novas indicações. Se a escolha for aprovada, o nome será enviado ao presidente da República para nomeação. O novo ministro terá prazo de 30 dias para tomar posse.

Ao justificar a proposta, Cristovam Buarque sustenta que o atual processo representa excessiva personalização, por resultar de uma escolha unipessoal do presidente da República.

1 1 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP busca solução para adolescentes em conflito com a lei

O procurador Ramiro Rothenbach, do Ministério Público Federal em Sergipe, vai discutir com representantes do Ministério Público do estado e outras instituições uma solução conjunta para o problema das internações de adolescentes em conflito com a lei em Sergipe. Uma possibilidade é firmar com o governo daquele estado um termo de ajustamento de conduta (TAC), que transforme as unidades de internação em centros socioeducacionais, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A informação foi repassada por ele, na quarta-feira (5/9), às juízas Cristiana Cordeiro e Joelci Diniz, auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estiveram em Aracaju para verificar as condições das internações dos adolescentes. A equipe do CNJ, responsável pelo programa Justiça ao Jovem, encontrou diversos problemas na unidade de internação provisória e também na internação definitiva, ambas destinadas aos adolescentes do sexo masculino. Mas o governador Marcelo Déda se comprometeu a tomar providências para que as unidades tenham o padrão socioeducativo, estabelecido no ECA e Sinase.

Prisão preventiva – Na internação provisória, as magistradas encontraram meninos internados há mais de seis meses, embora o prazo máximo previsto em lei seja de 45 dias. Os representantes da Defensoria Pública culpam o Judiciário pelo problema. Segundo eles, passados os 45 dias, os defensores pedem a liberação do adolescente, mas o juiz, em vez de conceder o habeas corpus, prorroga a prisão. Para Cristiana Cordeiro, isso é uma maneira enviesada de transformar a medida socioeducativa em prisão preventiva.

11 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Dilma indica novo ministro para o STF

Escolha rápida de Teori Zavascki para substituir Cezar Peluso tenta evitar especulações sobre influência no julgamento do mensalão

Para se blindar contra pressões de setores do PT que se movimentavam no meio do julgamento do mensalão para patrocinar um nome ligado à legenda para o Supremo Tribunal Federal (STF), a presidente Dilma Rousseff decidiu indicar o nome de Teori Zavascki, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a vaga aberta na semana passada com a aposentadoria do ministro Cezar Peluso.

O indicado, segundo integrantes do governo, afirmou que não participará do julgamento.

Desde o início do julgamento pelo STF, a presidente determinou a seus auxiliares que não atrasassem o julgamento para o Planalto. A indicação do substituto de Peluso em sete dias evita que o processo do mensalão contamine a indicação.

O nome de Teori Zavascki foi cotado para o Supremo ainda no governo Lula. Coube ao ex-ministro da Justiça Nelson Jobim e ao ministro do STF Gilmar Mendes levar pessoalmente o nome de Zavascki a Lula. Numa conversa a portas fechadas com um auxiliar, o ex-presidente mostrou que não estava disposto a indicá-lo. Lula não conseguiu nem sequer pronunciar o sobrenome do ministro.

Quando Dilma Rousseff assumiu o governo, novamente o nome de Zavascki foi cogitado. Na ocasião, ela conversou com o então ministro da Casa Civil Antonio Palocci. Emissários do governo chegaram a perguntar como Teori Zavascki se posicionaria no julgamento do mensalão. O ministro evitou se comprometer. Disse que não poderia se pronunciar, pois não conhecia o processo.

Formalmente, Zavascki poderia participar do julgamento do mensalão, mas desde que fosse sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, aprovado pelo plenário e depois empossado pelo STF. “Se ele vier a tempo de participar do processo, tem todos os poderes iguais aos demais ministros”, admitiu ontem o presidente do STF, Carlos Ayres Britto.

No entanto, esse trâmite demorará semanas. Por isso, poucas são as chances de ele ser empossado até o fim do processo. E se esse processo legal e burocrático for célere, Zavascki teria de se considerar preparado para julgar o caso no qual ele nunca tocou. Ele não poderia, conforme o ministro Marco Aurélio Mello, pedir vista do processo. “Há uma norma regimental prevenindo que mesmo não assistindo ao relatório, às sustentações da tribuna, se o integrante do Supremo se declara habilitado a votar, ele pode. O que ele não pode é pedir vista para ficar habilitado”, explicou. Integrantes da Corte e advogados dizem ser improvável que Zavascki participe do julgamento.

Palocci. Antes da posse de Dilma, Zavascki julgou processo de interesse de Palocci, que coordenou a campanha presidencial do PT. Em seu voto, seguido sem nenhuma manifestação pelos ministros da 1.ª Turma do STJ, Zavascki rejeitou recurso do Ministério Público contra decisões da primeira e segunda instâncias em favor de Palocci. A decisão limpou a ficha daquele que seria ministro da Casa Civil.

Palocci era acusado de irregularidades quando prefeito de Ribeirão Preto (SP).

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Nino Toldo, avalia que Zavascki é “um quadro técnico com larga experiência na magistratura e reúne todos os requisitos” para ocupar cadeira no STF. Ophir Cavalcanti, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, lembrou que o indicado “tem suas raízes na advocacia e chega ao STF por meritocracia”.

Zavascki é ministro do STJ desde 2003. Sua atuação é criticada por tributaristas. Eles afirmam que o ministro sempre se pronunciava em favor da Fazenda quando havia uma disputa da União com contribuintes.

Seus amigos rejeitam a pecha. Afirmam que Zavascki é sensível a questões importantes para a governabilidade, para a saúde das contas públicas e questões de interesse do Estado.

Ex-advogado do Banco Central, Zavascki integrará a Corte quando estiver em pauta processo milionário e de interesse do BC e de instituições financeiras. O STF terá de julgar a constitucionalidade dos planos econômicos Cruzado, Bresser, Verão, e Collor 1 e 2.

● Nova vaga

Em novembro, o STF abrirá mais uma vaga. O atual presidente da Corte, ministro Ayres Britto, deixará o cargo no dia 18, quando se aposenta.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Zavascki foi advogado do BC e é doutor em direito civil

Teori Albino Zavascki é o terceiro nome indicado para uma vaga do Supremo Tribunal Federal pela presidente Dilma Rousseff. Antes dele, ela nomeou os ministros Luiz Fux e Rosa Weber.

Zavascki nasceu em Santa Catarina, mas fez carreira no Rio Grande do Sul. Formado em 1972 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é mestre e doutor em Direito Processual Civil.

Em 1979, aprovado em concurso público para o cargo de juiz federal, não tomou posse. Concurado do Banco Central, atuou como advogado até março de 1989. Depois de sair do BC, passou a integrar o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região.

Com 64 anos, Zavascki ficará no STF até completar os 70 anos, quando terá de se aposentar compulsoriamente.

Fora do tribunal, auxiliou o governo na discussão da reforma do Judiciário, especialmente na área de processo civil. Nos últimos anos, tem se dedicado a estudar a eficácia de sentenças proferidas por tribunais constitucionais.

No TRF, costuma ser apontado como sisudo e formal na relação com os advogados. Entre assessores, é conhecido como "Terrori". Conforme ex-assessores, o ministro impõe metas, inclusive para seus estagiários.

11 SET 2012

Análise: *Rafael Mafei Rabelo Queiroz*

O que pode e o que não pode mudar com a indicação

Mal esfria o assento de Cezar Peluso, já surge o nome de seu sucessor: Teori Zavascki aceitou o convite da Presidência e terá agora seu nome apreciado pelo Senado. Que impacto poderá ter essa nomeação para o processo do mensalão?

O regimento interno do STF não trata de hipótese tão específica. Manda apenas, genericamente, que sejam computados os votos já proferidos de ministros que tenham "deixado o exercício do cargo". Tal hipótese se dá especialmente em razão de longos pedidos de vista, quando um ministro pede tempo adicional para estudar o caso. Muitas vezes a composição da corte muda entre o início do julgamento e sua conclusão, que pode ocorrer anos depois. A história da jurisprudência do STF registra muitos casos assim.

A lógica do regimento, porém, não prevê julgamento "em fatia". Quando manda que o voto dado seja preservado, pensa-se como regra no voto em sua integralidade. A dificuldade neste caso está no fato de que Peluso votou, mas não terminou de votar. Tal hipótese, o regimento do STF não prevê.

Em caso análogo (Reclamação 2138), o STF decidiu que o ministro que chega pode continuar a votação naquilo que não tenha ainda sido decidido por aquele a quem sucedeu. Ministros do STF já adiantaram, pela imprensa, que entendem não haver óbice à participação de Zavascki, caso ele queira votar.

A hipótese só não é idêntica porque o caso do mensalão é de natureza penal. Nele, a garantia da ampla defesa deve ser preservada com rigor. O novo ministro, se chegar a tempo e quiser votar, o fará sem ter ouvido as defesas orais dos réus, que são, ao contrário das sustentações orais comuns, uma etapa obrigatória do procedimento das ações penais originárias do STF. Se as defesas gritarem contra a participação extemporânea do novo ministro, não será sem fundamento.

Por fim, há duas variáveis políticas de suma relevância. Em primeiro lugar, a participação do novo ministro depende de sua sabatina pelo Senado, que pode acontecer rapidamente ou não. Mais ainda, depois de sabatinado, Zavascki só participa se tomar posse, solenidade cuja data é marcada pelo presidente do STF. Se Ayres Britto demorar-se nessa providência, a polêmica deixa de existir.

11 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho do MP desobriga lista com nomes

Resolução diz que cada Ministério Público pode decidir sobre identificação dos servidores junto com salários

Marcelo Gomes / RIO

Ao contrário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos poderes Executivo e Legislativo federais, que começaram a divulgar os nomes e salários de todos os seus servidores com base na Lei de Acesso à Informação, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) decidiu que os MPs devem identificar seus funcionários apenas pelo número da matrícula e seu salário correspondente. Caberá a cada Ministério Público decidir se vai publicar ou não os nomes e salários de seus servidores.

A resolução foi aprovada na última sessão do CNMP, realizada no dia 28 de agosto, mas ainda não foi publicada. Ainda segundo a resolução, cada Ministério Público deverá regulamentar em sua estrutura o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que precisa ser acessível por meio eletrônico (site e e-mail) e presencial.

“Não há imposição da lei (*de Acesso à Informação*) quanto à divulgação nominal dos salários. Mesmo assim, acreditamos que a maioria dos Ministérios Públicos vai publicar os nomes e salários de seus membros. E nos MPs que não fizeram a divulgação nominal, o cidadão poderá perguntar no próprio site da instituição a quem corresponde determinada matrícula e determinado salário”, afirmou Alessandro Tramujas As-

● Transparência

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD

CONSELHEIRO DO CNMP

“Não há imposição da lei (*de Acesso à Informação*) quanto à divulgação nominal dos salários. Mesmo assim, acreditamos que a maioria dos Ministérios Públicos vai publicar os nomes e salários de seus membros. E, nos MPs que não fizeram a divulgação nominal, o cidadão poderá perguntar no próprio site da instituição a quem corresponde determinada matrícula e determinado salário”

sad, conselheiro do CNMP.

Transparência. Especialista em transparência pública, Fabiano Angélico criticou a decisão do CNMP. “A função primordial do Ministério Público é zelar pelo cumprimento das leis. Órgãos como MPs e tribunais de contas, por exemplo, deveriam ser referência em questões de transparência, democracia interna e integridade. Porém, de maneira geral, os MPs trabalham um pouco distantes da sociedade. Essa resolução do CNMP é decepcionante”, ressaltou Angélico.

A Corregedoria do Conselho Nacional do MP realiza nesta semana a segunda fase da inspeção nos ministérios públicos no Estado do Rio de Janeiro. De hoje até quinta, serão fiscalizadas cerca de 150 promotorias e procuradorias nos MPs Federal (1.^a e 2.^a instâncias), Militar e do Trabalho.

Na primeira fase do trabalho, foram vistoriadas cerca de 160 promotorias e procuradorias do MP Estadual. “As vistorias da corregedoria causam certo desconforto porque os membros do MP nunca tiveram sua atuação questionada”, observou o corregedor do CNMP, Jefferson Luiz Pereira Coelho. “Mas a criação do CNMP foi uma exigência da sociedade, que exige a implantação de uma cultura de fiscalização dos seus servidores.”

Até o momento, o Conselho Nacional do Ministério Público já realizou vistorias nos MPs dos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Piauí, São Paulo, Roraima, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os Estados da Bahia e de Santa Catarina serão inspecionados ainda este ano.

Juizes e desembargadores. O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) divulgou sua folha de pagamento referente ao mês de julho com os nomes e salários de todos os seus juizes e desembargadores. Na folha de junho, primeiro mês de vigência da resolução do CNJ sobre o assunto, somente os nomes e salários dos servidores administrativos estavam sendo publicados.

Isso porque a Associação dos Magistrados do Estado do Rio (Amaerj) conseguiu na Justiça uma liminar que impedia a divulgação de seus nomes.

Em julho, o maior salário pago pelo TJRJ foi de R\$ 92,4 mil, a um desembargador da 8^a Câmara Cível. A maior parte do salário (R\$ 72,9 mil) deve-se a “vantagens eventuais”, que segundo o TJRJ podem ser gratificação de férias, gratificação hora-aula, abono de permanência, abono variável, 13.^o salário, entre outros benefícios que ficam de fora do teto constitucional.

1 1 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

CASO ELOÁ

TJ arquiva inquérito contra Ana Lúcia Assad

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou ontem trancamento de inquérito policial contra a advogada Ana Lúcia Assad, que defendeu Lindemberg Alves Fernandes, condenado por matar Eloá Pimentel. Em fevereiro, durante o júri, ela mandou a juíza Milena Dias “voltar a estudar”. O Ministério Público, então, pediu a investigação de crime contra a honra. A Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) ajuizou pedido de habeas corpus para a advogada, alegando que não houve crime na conduta.

Reação a Toffoli?

José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, e Luís Inácio Adams, da AGU, estão de lupa em PEC que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Ela proíbe presidentes de nomearem para o STF deputados, senadores, ministros, procuradores-gerais e advogados-gerais atuantes nos quatro anos anteriores.

Se aprovada, **Dilma** não poderá indicá-los às vagas de **Cezar Peluso** e **Carlos Ayres Britto**.

Justiça decreta prisão de 5 por morte em UPP

A Justiça do Rio decretou a prisão preventiva de cinco acusados da morte da soldado da PM Fabiana de Souza, de 30 anos, após um ataque à Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Nova Brasília, no Complexo do Alemão, zona norte do Rio. O crime aconteceu na noite de 23 de julho. Tiveram a prisão decretada Marcelo Moreira Reis, vulgo “Marcelinho da CDD”; Regis Eduardo Batista, o “RG”; Eduardo Luiz Paixão, o “2D” ou “Dudão”; Fernando Cezar Batista Filho, vulgo “Alemão”; e Mayadson Lucas Chaves.

1 1 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA Juiz proíbe ataques de Cheida na TV

O juiz da 42ª Zona Eleitoral, Luís Sérgio Swiech, determinou na tarde de ontem que o candidato a prefeito de Londrina pelo PMDB, Luiz Eduardo Cheida, pare de veicular propagandas eleitorais negativas sobre o candidato do PP, Marcelo Belinati. A coligação Londrina Unida, encabeçada pelo pepista, entrou com três representações contra o PMDB por conta dos programas na TV dos dias 7, 8 e 9. O coordenador da campanha do PMDB, Antônio Caetano de Paula Júnior, disse que já recorreu da decisão.

Entre as questões levantadas pelos pepistas no programa de Cheida está a vinculação de Marcelo aos recentes acontecimentos da política londrinense. Cheida acusa o adversário de ter sido "omisso diante da roubalheira" quando vereador. O peemedebista também chamou de "ficha-suja" o presidente estadual do PP, Ricardo Barros, aliado de Marcelo.

O juiz considerou que as propagandas influenciavam "negativamente o eleitorado" e determinou que a coligação de Cheida não veicule mais as mídias, sob pena de multa de R\$ 5 mil. Caetano de Paula alegou que a liminar não tem efeito prático. "Já mudamos de estratégia, mas temos jurisprudência que veicular matérias de jornais não dá direito de resposta. Nós só estamos debatendo fatos."

1 1 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Abono natalino

Após decisão da Justiça Estadual, fica negado o pagamento de “abono natalino” aos funcionários da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. No valor de três salários mínimos, o benefício era repassado aos servidores desde 1964 e foi revogado em 2011 pela direção da AL, após manifestação da Procuradoria Jurídica. O Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Assembleia Legislativa (Sindilegis) tentou reaver o abono por meio de mandado de segurança, rejeitado pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Dentre as irregularidades constatadas, havia vício de origem, pois o “extra” foi criado por resolução quando só poderia ser pago após aprovação de lei específica.

Illegal

“O abono natalino também tinha sua legitimidade maculada pelo fato de que a legislação que o instituiu e, posteriormente, atualizou seus valores, previa sua indexação ao salário mínimo, ferindo a Constituição, além do que, sendo uma verba instituída anteriormente ao Ordenamento Constitucional vigente, não foi recepcionada pela atual Constituição”, defendeu a Procuradoria da AL.

CLÁUDIO HUMBERTO

Espelho meu

A opção de Dilma pelo ministro Teori Zavascki (STJ) à vaga de Cezar Peluso, confirmada ontem, foi antecipada nesta coluna no dia 26. Será o segundo catarinense na história do Supremo Tribunal Federal.

Escolha elogiada

A escolha de Teori Zavascki foi bem recebida nos meios jurídicos de Brasília. É considerado um dos ministros mais bem preparados do Superior Tribunal de Justiça. É sério, estudioso, avesso a badalações.

Sem clima

Alunos da Faculdade de Direito da USP ameaçam boicote e até greve, caso o ilustre professor Ricardo Lewandowski apareça para dar aulas. Desde 2004, ele é professor na USP, onde ingressou por concurso.

“Ação orquestrada com divisão de tarefas típicas de grupo criminoso”

Ministro **Joaquim Barbosa** (STF) sobre lavagem de dinheiro no esquema do mensalão

1 1 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Deputados ressuscitam polêmica aposentadoria

Criado em 2006, mas ainda não colocado em prática, plano de previdência complementar prevê aporte milionário dos cofres do Legislativo

Curitiba - Após duas semanas de burburinho nos bastidores da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, ontem um grupo de parlamentares passou a pressionar publicamente pela criação do Fundo de Previdência Complementar para os deputados estaduais. O assunto é polêmico e pode repercutir negativamente no momento eleitoral, pois os políticos querem ter assegurado um benefício mensal de R\$ 17 mil, quatro vezes maior que o teto pago pelo INSS ao aposentado comum.

Poderia exigir da AL o pagamento da previdência complementar qualquer parlamentar já aposentado, desde que tivesse sido eleito para 20 anos ou mais de atividade pública e tenha contribuído ao menos durante cinco destes anos para o fundo da Assembleia. Para isso nenhuma lei nova precisaria ser aprovada, pois desde janeiro de 2009 a presidência da AL tem condições de colocar o fundo de previdência em funcionamento.

Quando era governador, em 2006, o atual senador Roberto Requião (PMDB) vetou a matéria. Depois, em 2008, o Ministério da Previdência apontou falhas no texto. Os deputados estaduais superaram todos esses empecilhos para colocar o mecanismo em atividade, mas há 43 meses tudo encontra-se parado na presidência da AL, que não mandou a lei de criação do fundo para publicação em Diário Oficial. É isto que o grupo de deputados estaduais quer do atual presidente, Valdir Rossoni (PSDB).

Não é à toa que a administração manteve o assunto no congelador, pois a matéria impacta o orçamento da Assembleia. Além da contrapartida mensal, seriam necessários até R\$ 35 milhões para capitalizar o Fundo de Previdência Complementar da AL já no seu início. Ontem, quando o deputado estadual Tadeu Veneri (PT) utilizou a tribuna para criticar a movimentação nos bastidores da AL, dizendo que a previdência complementar seria inconstitucional, levantou a lebre. "Dinheiro público não

pode ser colocado em fundo de previdência complementar. É inconstitucional. Se for publicado, vai sofrer na Justiça uma Ação Direta de Inconstitucionalidade", alertou o petista.

Prontamente Ademar Traiano (PSDB), líder do governo na AL, Nelson Garcia (PSDB), Élio Rusch (DEM), Rasca Rodrigues (PV), Nereu Moura (PMDB) e Ademir Bier (PSDB), passaram a proteger a medida em plenário, também defendendo-a diante da imprensa. "Eu tenho 28 anos de vida pública e não tenho plano de previdência. Se acontecer algo comigo, como fica a minha família?", indagou Traiano. Ele e o grupo de parlamentares que "saiu do armário", assumindo a articulação de um requerimento à Mesa Diretora da AL em que pedem a publicação da matéria, não debateram a capitalização do fundo.

CONTINUA

1 1 SET 2012
FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

“A matéria tem que ser publicada, depois discutimos a legalidade”, alegou Scanavacca. Rossoni deixou o plenário durante esse debate, pois já havia manifestado publicamente ser contra a publicação da lei aprovada em 2008. Presidente antes do tucano, Nelson Justus (DEM) não conversou com a imprensa. Traiano negou que a recuperação deste assunto tenha relação com a eleição para a Mesa Diretora da AL, utilizando-a como moeda de troca para a formação de uma chapa rival à presidência, conforme especulava-se nos bastidores da Assembleia.

11 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Sistema carcerário

*Não existe solução
mágica e rápida
para minimizar a
situação, mas é
urgente que
seja pensada*

Série de reportagens produzida pela FOLHA relata as mazelas do sistema carcerário no Paraná. Superlotação, falta de infraestrutura em distritos e penitenciárias, poucos defensores públicos. Estes são apenas alguns dos problemas enfrentados diariamente pelos envolvidos no sistema carcerário: de presos a delegados. Não existe solução mágica e rápida para minimizar a situação, mas é urgente que seja pensada.

Dados informados apontam que o Estado tem 177 delegacias de polícia onde estão presas cerca de 12.250 pessoas. A Vara de Execuções Penais acumula mais de 20 mil processos para apenas uma juíza. Além disso, as autuações aumentam diariamente. Todo esse cenário torna, de fato, a situação caótica, mas também é resultado de anos sem investimentos na segurança pública como um todo, não apenas no sistema prisional.

O anúncio de que o governo estadual pode implantar tornozeleiras em alguns detentos pode ser uma alternativa para desafogar o sistema prisional a curto prazo. Segundo a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, seria feito o monitoramento de presos condenados, abrindo va-

gas nas penitenciárias e nas cadeias que abrigam presos provisórios. O aparelho é feito com GPS (Global Positioning System) e dotado de um chip de telefonia móvel, o que permite o rastreamento do condenado em uma área delimitada. No entanto, é preciso cautela antes da instalação do equipamento para garantir à sociedade que a

liberdade, ainda que vigiada, não será usada para cometer mais crimes, como frequentemente ocorre quando há benefícios de **ad**ultos, por exemplo.

Não é novidade para nenhum cidadão que o atual modelo não atua na recuperação dos presos. A ociosidade, aliada à superlotação e a "não separação dos presos conforme os crimes cometidos", estreita a convivência entre os detentos. Por isso, uma das soluções que deveria ser implantada com mais efetividade é o trabalho e os estudos em praticamente todas as penitenciárias. Todos os presos deveriam ter alguma atividade produtiva durante o cumprimento da pena. Além de ajudar no combate à ociosidade, que não é saudável para nenhuma pessoa, o preso pode ganhar uma qualificação profissional e sair mais preparado para entrar no mundo profissional. A educação é fator essencial para reduzir a criminalidade.

Santander é proibido de cobrar por conta-salário

O Ministério Público do Rio de Janeiro conseguiu uma sentença proibindo o Banco Santander de cobrar tarifas bancárias em contas destinadas exclusivamente ao recebimento de salário. A decisão vale para todo o país. O banco pode receber multa de R\$ 10 mil por cada caso de descumprimento.

Segundo o MP, o Santander foi condenado a devolver, em dobro, os valores cobrados sem a autorização do consumidor. A decisão, de 22 de agosto, é resultado de Ação Civil Pública (ACP) proposta pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e Contribuinte.

Segundo a ação civil pública da promotoria, o Santander aproveita-se do con-

trato de pagamento de salários firmado com os empregadores, no qual há apenas a previsão de abertura de conta salário, para impor uma série de serviços extras ao consumidor.

Para o Ministério Público, a prática “descharacteriza o contrato de conta salário”, fazendo com que o banco e se beneficie dos pagamentos feitos pela cobrança de serviços extras.

O promotor que propôs a ação, Rodrigo Terra, disse na ação que a ré não informava corretamente todas as vantagens e desvantagens consequentes da contratação desse tipo de serviço.

O banco Santander informou que não se manifesta sobre “assuntos que estão subjudice”.

MPF recebe dados da empresa Facebook

Depois de 18 dias de espera, o MPF-PR (Ministério Público Federal no Paraná) vai retomar as investigações dos crimes de pedofilia na internet. A decisão da Justiça Federal em Curitiba obriga, além do Facebook, a Google e o Yahoo a fornecerem dados armazenados nas redes sociais e nos e-mails dos suspeitos.

As informações do Facebook, última empresa a enviar os dados, foram enca-

minhadas para a Embaixada Americana no Brasil, em Brasília, no dia 31 de agosto. Os documentos chegaram até a Polícia Federal na semana passada.

Agora, o Ministério Público Federal vai adotar as medidas para identificar os suspeitos. Segundo o MPF, “o atraso na investigação representa risco à integridade física e psicológica de crianças e adolescentes”.

11 SET 2012

TRE deve julgar hoje Ratinho em comícios

PAI. Deverá ser julgado hoje no TRE-PR, o pedido da campanha de Ratinho Júnior (PSC) para que o apresentador Carlos Massa, o Ratinho, seja liberado para participar dos comícios do seu filho. “Tive uma conversa com a juíza e deve ser decidido amanhã (terça-feira). Com certeza será nesta semana”, adianta a advogada Amanda Godói, da coligação Curitiba Criativa.

Na sexta-feira, a juíza Adriana Ayres Ferreira deu uma liminar contra a participação de Ratinho na campanha. Agora será ela mesma quem julgará a defesa do candidato. “A liminar proíbe ele apenas ‘de apresentar’ o comício. Como pai, ele tem todo o direito de falar”, defende Godói.

Citando uma resolução do TSE, a campanha de Luciano Ducci (PSB) pediu na semana passada que Ratinho fosse proibido de falar nos comícios. A regra proíbe artistas de “animar” encontros eleitorais.

Defensoria vai encerrar inscrições

Termina na quinta-feira, às 14h, o prazo de inscrições para o concurso público da Defensoria Pública do Paraná. O edital está disponível em www.defensoriapublica.pr.gov.br e também no site www.pucpr.br.

Serão 528 vagas de assessores jurídicos, pessoal técnico e de apoio administrativo. O salário inicial para as funções de nível superior é de R\$ 2.521,63; para as de nível intermediário, R\$ 1.050,68.

528 vagas serão preenchidas no concurso público que acontece dia 30 de setembro. Os aprovados vão trabalhar nas 155 comarcas distribuídas pelo Paraná.

11 SET 2012

METRO

Teori Zavascki será o novo ministro do STF

- Catarinense de 64 anos tem perfil técnico
- No STJ desde 2003, ele precisará ser sabatinado na CCJ do Senado e submetido à votação em plenário ● Ainda não está claro se e como ele poderá participar do julgamento do mensalão

A presidente Dilma Rousseff escolheu ontem Teori Albino Zavascki como novo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Ele substituirá Cesar Peluzo, que se aposentou na semana passada. Zavascki ocupa desde maio de 2003 o cargo de ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), é especializado em direito administrativo e tributário e tem o perfil discreto e técnico procurado para a vaga.

A possível indicação de Zavascki para o cargo foi antecipada pelo colunista e diretor-editor do Metro Brasília, Cláudio Humberto, em 26 de agosto.

Antes de assumir a nova função, o novo ministro passará por sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado e o nome terá que ser aprovado em plenário. "Ele preenche sem dúvida nenhuma os requisitos para a investidura do cargo. O nosso sentir é que foi uma boa escolha da pre-

sidente", destacou o presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto.

A participação de Zavascki no julgamento do mensalão ainda está indefinida.

"Louva-se a rapidez da indicação. É um nome de relevo", apontou o ministro Marco Aurélio Mello, lembrando que outras indicações demoraram até seis meses.

Perfil

Teori Zavascki é natural de Faxinal dos Guedes (SC) e tem 64 anos. É um defensor de um modelo mais eficiente para os julgamentos nos tribunais superiores. No STJ, ele foi crítico do perfil da Corte de apenas revisar as decisões da Justiça estadual.

Sua carreira jurídica começou em 1971, em Porto Alegre. Nos anos de 1980, atuou como advogado do Banco Central e do extinto Banco Meridional. Entre 2001 e 2003, foi presidente do TRF (Tribunal Regional

Federal) da 4ª Região. Desde o ano passado, é ministro substituto do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Tem cinco livros jurídicos escritos. É professor titular do Departamento de Direito da UnB (Universidade de Brasília).

Zavascki é a terceira indicação de Dilma Rousseff para o STF e ficará no cargo até 15 de agosto de 2018, quando completará 70 anos.

TRIBUNA DO PARANÁ

Inscrições até quinta

11 SET 2012

Terminam nesta quinta-feira, às 14h, as inscrições para o concurso público da Defensoria Pública do Paraná, que vai preencher 528 vagas de assessores jurídicos, pessoal técnico e de apoio administrativo. A prova acontece no próximo dia 30. O edital e mais informações estão disponíveis nos portais www.defensoriapublica.pr.gov.br e www.pucpr.br.

Os novos servidores serão contratados para trabalhar nas 155 comarcas distribuídas pelo Estado. O concurso tem 211 vagas para assessores jurídicos e 163 para pessoal de nível superior nas áreas de medicina, psicologia, serviço social, contabilidade, economia, engenharia civil, administração, comunicação, estatística e informática.

Outras 154 vagas são para pessoal de nível intermediário de apoio administrativo. O salário inicial para as funções de nível superior é de R\$ 2.521,63 e para as de nível intermediário é de R\$ 1.050,68. A inscrição deve ser feita somente pela internet, no portal www.pucpr.br/concursos. O valor é de R\$ 80,00 para funções do grupo operacional superior e R\$ 60,00 para o grupo operacional intermediário.

Estão reservadas 20 das vagas de assessores jurídicos para afrodescendentes e 13 para pessoas com deficiência. Para o nível técnico de nível superior são 16 vagas para afrodescendentes e 14 a pessoas com deficiência. Na categoria técnico-administrativo, são 16 vagas para afrodescendentes e 10 para pessoas com deficiência.

Defensores

O resultado da prova objetiva do concurso público para contratação de 197 defensores será divulgado ainda neste mês. Quinze mil candidatos participaram da primeira etapa do processo seletivo, no dia 5 de agosto. Haverá ainda duas provas discursivas.

Indicado ao Supremo

Indicado ontem pela presidente Dilma Rousseff para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teori Zavascki foi o responsável pelo voto condutor que absolveu Antonio Palocci de processo por improbidade administrativa que chegou ao tribunal. Em novembro de 2010, todos os ministros da 1.ª Turma do STJ seguiram a manifestação de Zavascki favorável a Palocci, então coordenador da vitoriosa campanha de Dilma. A decisão pavimentou o caminho para que Palocci se tornasse ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Palocci era acusado pelo Ministério Público de ter se envolvido em irregularidades em milionário contrato firmado por dispensa de licitação quando era prefeito de Ribeirão Preto. O MP questionava o fato de ele ter contratado de maneira irregular e por dispensa de licitação um instituto de informática.

Numa sessão vazia, o STJ manteve as decisões de primeira e segunda instâncias favoráveis a Palocci.

Desconto

O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) suspendeu a liminar que impedia a União de descontar da remuneração dos policiais federais do Paraná os dias parados por causa da greve iniciada há mais de 20 dias. A decisão de permitir o desconto dos salários dos policiais foi da presidente da corte, desembargadora federal Marga Barth Tessler.

Condenação

A juíza Adriana Ayres Ferreira, da 4.ª Zona Eleitoral de Curitiba, multou em R\$ 15 mil o candidato Ratinho Junior (PSC) por má-fé. Ele é acusado de adulterar prova no processo eleitoral que questiona a extrapolação do tamanho dos adesivos estampados em Kombis da campanha.

1 1 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Ducci ganha direito de resposta na TV

Decisões da Justiça Eleitoral vão diminuir programas de rádio e TV de Ratinho Jr e Gustavo Fruet nesta semana. Os dois terão de ceder espaço para direitos de resposta de Luciano Ducci. “Toda ofensa ou afirmação falsa veiculada durante a propaganda eleitoral se sujeita à resposta do ofendido”, afirmou a juíza Renata Estorilho Baganha ao citar a doutrina nas três decisões em que pune os dois candidatos com perda de tempo.

A resposta de Ducci ocupará 1 minuto nos programas de TV de Ratinho Jr no horário de almoço e à noite e doze inserções de 30 segundos (total de seis minutos) nos programas de rádio de Gustavo Fruet.

Presidente afastado

A justiça determinou, ontem, o afastamento do presidente da Câmara de Vereadores de Cascavel, Marcos Damaceno (PDT) e do vice, Paulo Bebbber (PR). O pedido foi feito pelo juiz da 4ª vara civil de Cascavel, Leonardo Ribas Tavares. De acordo com o Ministério Público (MP), os dois descumpriram ordens judiciais que determinavam a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o suposto pagamento de propina ao prefeito Edgar Bueno (PDT).

Justiça impede Santander de cobrar tarifa para conta salário

A Justiça do Rio de Janeiro proibiu o banco Santander de cobrar tarifas em conta salário de clientes, condenou a instituição a devolver em dobro os valores cobrados sem a autorização do consumidor e estipulou multa de R\$ 10 mil por cada vez que

a decisão for desrespeitada. A 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro aceitou ação civil pública proposta pelo Ministério Público estadual, que pedia o fim de cobranças extras aos clientes que tinham conta no banco exclusivamente para receber o salário.

Segundo a ação civil pública da promotoria, o Santander aproveita-se do contrato de pagamento de salários firmado com os empregadores, no qual há apenas a previsão de abertura de conta salário, para impor uma série de serviços extras ao consumidor.